UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
***CAMPUS* DE TOLEDO**
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ECONOMIA
NÍVEL DE MESTRADO

CELSO JOSÉ FARIAS

A PERCEPÇÃO DO PRODUTOR DO OESTE DO PARANÁ SOBRE A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA A PARTIR DO ENFOQUE DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

TOLEDO
2016

A PERCEPÇÃO DO PRODUTOR DO OESTE DO PARANÁ SOBRE A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA A PARTIR DO ENFOQUE DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profª. Dra. Mirian Beatriz Schneider.

TOLEDO
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F224p

Farias, Celso José

A percepção do produtor do Oeste do Paraná sobre a integração avícola a partir do enfoque da nova economia institucional./Celso José Farias. Toledo, 2016.

106 f.

Orientadora: Profª. Drª. Mirian Beatriz Schneider

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia

1. Nova economia institucional. 2. Avicultura de corte. 3. Região Oeste do Paraná. I. Schneider, Mirian Beatriz. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 338.1098162
636.5
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965

A PERCEPÇÃO DO PRODUTOR DO OESTE DO PARANÁ SOBRE A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA A PARTIR DO ENFOQUE DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora

_____
Profª. Dra. Mirian Beatriz Schneider
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

_____
Profº Dr. Christian Luiz da Silva
Universidad de Pinar Del Río

_____
Profº Dr. Alain Hernández Santoyo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 29 de Novembro de 2016.

Dedico essa dissertação aos meus pais
Luzia e Corinto por me inspirarem a ser
uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Aos meus pais: Luzia e Corinto pelo incentivo constante, apoio em todos os momentos, alicerce para a vida toda.

A minha irmã Sandra e a sobrinha Julia por estarem sempre ao meu lado.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Unioeste *Campus* de Toledo e ao Programa de Pós Graduação em Economia (PGE), pela excelência no ensino.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro durante a pesquisa.

A professora orientadora, Dra. Mirian Beatriz Schneider pelos ensinamentos compartilhados e por acreditar que a realização deste trabalho fosse possível.

Aos demais professores do programa, em especial ao coordenador professor Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto, agradeço ao empenho em que conduziu o programa e pelas dicas na execução deste estudo.

Aos professores presentes na banca de qualificação: Dra. Ivanete Dala Cielo, Dr. Cristiano Stam, as observações foram essenciais para conclusão do estudo.

Aos professor da banca de defesa: Dr. Christian Luiz da Silva e professor Dr. Alain Hernández Santoyo pelas pertinentes considerações para a conclusão do trabalho.

Ao professor Dr. Weimar Rocha Junior pelo material disponibilizado e por permitir que cursasse a sua disciplina para complementar a teoria utilizada.

A Luci, responsável pelo administrativo do programa por estar sempre disposta a ajudar e principalmente pelo apoio e palavras de incentivo.

Aos colegas do programa, por dividirem momentos de estudos, amizade e companheirismo.

Aos colegas de trabalho do Isepe Rondon e Unimeo/Ctesop pelo incentivo constante e apoio nas pesquisas.

Aos alunos que sempre estiveram dispostos a ajudar, inclusive alguns alunos filhos de produtores que contribuíram para a pesquisa.

Aos amigos: Wilson Vinicius Sandri, Rosangela Mendes e Cleverton Fernando Dreher pela companhia nas visitas aos produtores avícolas.

Aos produtores que gentilmente me receberam em suas propriedades e colaboraram com a pesquisa respondendo o questionário e compartilhando suas informações.
As agroindústrias Kaefer Agroindustrial – Globoaves; BRF- Brasil *Foods*; Copagril Cooperativa Agrícola Mista Rondon; C.Vale Cooperativa Agroindustrial;Copacol – Cooperativa Agroindustrial; Cooperativa Agroindustrial Lar; e, Coopavel Cooperativa Agroindustrial por colaborarem com informações.
A todos que contribuíram para realização deste estudo.

RESUMO

A atividade avícola tem alta produtividade e é destaque no cenário econômico. O desempenho satisfatório do setor fez do Brasil o segundo produtor mundial, maior exportador mundial de carne de frango. Essa produção nacional é concentrada na região Sul do país, o estado líder da região é o Paraná, principalmente na região Oeste do Estado, onde estão inseridas as agroindústrias destaques entre as 15 maiores exportadoras nacionais de carne de frango. Nesse cenário o sistema agroindustrial da região estudada é em sua grande maioria coordenado por agroindústrias através do sistema de integração/parceria, entre produtores avícolas e instituições integradoras. Assim o estudo objetiva conhecer a percepção dos produtores em relação a atividade, traçar um perfil socioeconômico destes produtores e discutir as relações entre eles e as agroindústrias. Para este propósito, o estudo é amparado pela teoria da Nova Economia Institucional, que busca identificar e auxiliar no entendimento dessas relações. Para responder aos objetivos do estudo foram aplicados questionários aos produtores avícolas da região estudada, logo após analisados estes dados. Os principais resultados apontam que o perfil dos produtores é composto em sua maioria por pequenos produtores, com propriedades pequenas e com mão de obra familiar presente na atividade, há ainda um alto grau de dependência da agroindústria, notou-se que a forma de governança utilizada possibilita vantagens competitivas e diminuição dos custos de transação.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional. Avicultura de corte. Região Oeste do Paraná.

ABSTRACT

The poultry activity is on the rise and is featured in economic scene. The satisfactory performance of sector made of Brazil the second world producer and the largest world chicken meat exporter. These national production is concentrated in the south of the country and the Paraná is leader of the states, mainly the west region, where the agroindustries are inserted, featured to among the 15 largest national chicken meat exporters. In this scenario the studied region agroindustrial system is in your majority coordinated for agroindustries trhought poultry producers and integrating institutions. Thus the study aims to know the producers perception of the activity, to draw a socioeconomic profile of these producers and to discuss the relations between them and the agroindustries. For this purpose, the study is supported by the New Institutional Economics theory, which seeks to identify and help in the understanding of these relations. In order to respond to the objectives of the study, questionnaires were applied to the poultry producers of the studied region, after analyzing these data. The main results indicate that the profile of the producers is composed mostly by small producers, with small properties and with family labor present in the activity, There is still a high degree of dependence on agroindustry, it was observe that the form of governance used allows for competitive advantages and a reduction in transactions costs.

Keywords: New Institution Economy. Poultry. Paraná's west region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DE ESTUDO 19
1.2 OBJETIVO 19
1.2.1 Objetivo Geral 19
1.2.2 Objetivos específicos 20
2 NOVA ECONOMIA INSTITUICIONAL 21
2.1 PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS 24
2.2 CONTRATOS 26
2.2.1 Economia dos Custos de Transação 27
2.2.2 Ambiente Organizacional, Institucional, Tecnológico, Competitivo e as estratégias individuais 31
2.3 O SISTEMA AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA 39
2.3.1Consumo da carne de frango no Brasil 40
2.3.2 Consumo mundial da carne de frango 41
2.3.3 Produção e Mercado Mundial 42
2.3.4 Produção nacional da carne de frango de 2007 a 2015 43
2.3.5 Principais países exportadores da carne de frango 46
2.3.6 Principais países Importadores da carne de frango 47
2.3.7 Principais estados brasileiros produtores de carne de frango 48
2.3.8 Exportações carne de frango por estados 49
2.3.9 Produção e exportação da carne de frango no estado do Paraná 50
2.4 FORMAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ 53
2.4.1 Formação da Região Oeste do Paraná 54
3 METODOLOGIA 64
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 64
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 64
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA 66
3.3.1 Determinação da amostra da pesquisa 66
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS 68
5 CONCLUSÕES 93

REFERÊNCIAS.....98
ANEXOS 104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEF – Associação Brasileira de Exportadores de Frango
ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal
ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
BR – Brasil
BRF – *Brazil Foods*
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DTE - Departamento Técnico Econômico
ECT – Economia dos Custos de Transação
EMBRAPA –Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KM – Quilômetros
LTDA – Limitada
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NEI – Nova Economia Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR – Estado do Paraná
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX - Secretaria de Comércio Exterior
SINDIAVIAPAR – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas
TCT – Teoria dos Custos de Transação

UBA – União Brasileira de Avicultura

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

VAB – Valor Adicionado Bruto

VAF – Valor Adicionado Fiscal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores que determinam o desempenho competitivo das empresas 38
Quadro 2- Consumo Mundial da carne de frango – de 2010 a 2015 (mil t).....41
Quadro 3 – Produção mundial de carne de frango – de 2010 a 2015 (mi t).....42
Quadro 4 - Carne de frango – Principais países exportadores de 2010 a 2015 (mi t) 46
Quadro 5 - Carne de frango – Principais países importadores – de 2010 a 2015 (mi t) 47
Quadro 6 - Ranking das empresas exportadoras de frango em 2015.....51
Quadro 7 - Efetivo de Rebanho de frango no estado do Paraná por mesorregião – 2006 a 2015 (cabeças).....52
Quadro 8 - Número de produtores avícolas por integradora no Oeste do Paraná ...68
Quadro 9 - Questões sobre a caracterização da atividade avícola 70
Quadro 10 - Estrutura de Governança dos produtores avícolas investigados 81
Quadro 11 - Relações contratuais entre os produtores e instituições integradoras .88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo per capita de carne de frango no Brasil (kg/hab) – de 2007 a 2015 40
Gráfico 2- Evolução da produção brasileira da carne de frango (mi ton) 44
Gráfico 3- Participação na produção nacional do complexo de carnes – 2015 (mi ton) 45
Gráfico 4 - Destino da produção brasileira de carne de frango - 2015 45
Gráfico 5 - Efetivo de aves por mesorregião - estado do Paraná (2006 a 2015) 53
Gráfico 6- Evolução populacional da região Oeste do Paraná, 1980 a 2010 59
Gráfico 7 - Idade do produtor 72
Gráfico 8 - Escolaridade do produtor.....72
Gráfico 9 - Início da atividade avícola na propriedade 74
Gráfico 10 – A propriedade dispõe de mão de obra terceirizada? 74
Gráfico 11 - Número de funcionários.....74
Gráfico 12 - Criação de outros animais 76
Gráfico 13 - Tipos de animais criados. 76
Gráfico 14 - Outra atividade na propriedade 77
Gráfico 15 - Atividades na propriedade 77
Gráfico 16 - Tamanho da propriedade (em hectares) 78
Gráfico 17 - Quantidade de aviários na propriedade.....78
Gráfico 18 - Metragem total dos aviários por propriedade 79
Gráfico 19 - Capacidade de alojamento de aves por lote.....79
Gráfico 20 - Distância entre a propriedade e a integradora (Km) 80
Gráfico 21 - Agroindústrias da região Oeste do Paraná.....80
Gráfico 22 - Quantidade de lotes por ano 82
Gráfico 23 - Duração dos lotes (em dias).....82
Gráfico 24 - Fator decisório para firmar parceria com integradora.....83
Gráfico 25 - Qual a maior preocupação do produtor 83
Gráfico 26 - Fator decisório para firmar parceria com a integradora.....85
Gráfico 27 - Continuidade da parceria com a integradora.....85
Gráfico 28 - Valor de conversão por unidade (R$) 87

Gráfico 29 - Sem a parceria com a integradora, o produtor teria condições de bancar a infra estrutura e comercializar os produtos 87
Gráfico 30 - Tempo de parceria do produtor com a integradora.....89
Gráfico 31 - Sem a parceria haveria ou não a atividade 89
Gráfico 32 - O contrato e a remuneração são os mais adequados? 91
Gráfico 33 - Faturamento por lote 91
Gráfico 34 - Prazo de financiamento junto a integradora 92
Gráfico 35 - O produtor recebe informações da integradora 92
Gráfico 36 - O produtor possui financiamento junto a integradora ou não 92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relações sistêmicas dos ambientes e a estrutura de governança. 32
Figura 2 - Abate de frango por estados - 2015.....48
Figura 3 - exportação da carne de frango por estados - 2015.....49
Figura 4 - Agroindústrias do estado do Paraná.....50
Figura 5 - Mapa do Estado do Paraná 54
Figura 6 - Índice de Desenvolvimento Humano – estado do Paraná - 2010 60
Figura 7 - Mapa das famílias pobres – Paraná – 2010.....61

INTRODUÇÃO

A atividade avícola no formato moderno iniciou-se no Brasil por volta de 1940, no estado de São Paulo, com a chegada dos imigrantes japoneses, o que antes era uma produção caseira voltada ao consumo, passa a ter uma atividade industrial, que logo se estende aos estados de Santa Catarina e Paraná (BELUSSO, 2010).

A industrialização da atividade avícola ocorre pelas agroindústrias, através de avanços tecnológicos, melhoria na alimentação e medicamentos, além da expansão de mercado. Outro fator que contribuiu para o aumento da produção foi o constante crescimento do consumo da carne de frango, o valor nutritivo do alimento e o baixo valor comparado a outras carnes, motivos que alavancaram o mercado. (CIELO, 2015; BELUSSO, 2010).

A carne de frango é uma das fontes de proteína de origem animal mais consumida em todos os continentes, não apresentando restrições culturais em nenhuma região, além do valor de mercado ser menor em relação a outras carnes, supera o consumo das carnes bovina e suína (ABPA, 2016).

O consumo brasileiro per capita da carne de frango também tem aumentado de acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal ABPA, o país apresentou uma evolução positiva, em 2007 o consumo era de 37,02 kg/hab, já em 2015 aumentou para 43,25 kg de carne de frango por habitante e a tendência é chegar a 47 kg por habitantes nos próximos anos.

Frente ao cenário mundial o Brasil ocupa posição de destaque no que se refere à produção e exportação de proteína de origem animal, principalmente a carne de frango. A produção nacional do complexo de carnes em 2015 apresentou a carne suína com 13,5 mil toneladas, em seguida a carne bovina com 35,9 mil e a carne de frango com 50,6 mil toneladas USDA, (2016).

A oferta da carne de frango brasileira tem acompanhando o crescimento da demanda interna e externa decorrente do aumento da competitividade e produtividade.

A avicultura brasileira ocupa a segunda posição na produção mundial, produzindo um total de 12,31 mi toneladas de carne de frango em 2015, ficando atrás apenas dos EUA com uma produção de 16,56 mi toneladas. E, desde 2010,

ocupa a liderança mundial na exportação de carne de frango. (ABPA, 2015; CIELO, 2015; COSTA *et al*, 2015).

Quanto às exportações da carne de frango o Brasil continua sendo o principal exportador mundial, de acordo com os relatórios da USDA (2016) o país tem condições de ampliar ainda mais a sua posição de liderança e expandir os resultados.

Dentre os estados brasileiros com maior produção de frango, os estados da região sul são destaques no cenário do agronegócio e referência na produção, somados os dados de abate em 2015, o total corresponde a 62,83% da produção nacional. A região Sul é também a maior exportadora de carne de frango quando somados os volumes de produção dos três estados, a região Sul é responsável por 76,66% de toda exportação nacional (SECEX, 2016).

Dos estados que formam a região Sul, o estado do Paraná desde o ano de 2003 se destaca como o maior produtor de carne de frango do país, responsável pela produção de 35 % do total em 2015 (ABPA, 2016).

Diante dos dados do estado do Paraná, cabe citar que a região Oeste paranaense é responsável pelo abate de 32,57% do total de frangos produzidos no estado. O trabalho de produção, abate e exportação é coordenado pelas agroindústrias de processamento de aves instaladas na região, estas por sua vez se destacam entre as 15 maiores empresas do setor, no âmbito nacional como maiores exportadoras da carne de frango em 2015 (ABPA, 2016).

Este escopo permite inferir que a atividade avícola, também se destaca por ser geradora de renda, empregos diretos e indiretos, contribuindo principalmente para o desenvolvimento regional, onde estão localizados os produtores, as agroindústrias, frigoríficos, abatedouros e distribuidores de carne. Entre produtores, funcionários de empresas e profissionais vinculados direta e indiretamente ao setor, a avicultura reúne mais de 3,5 milhões de trabalhadores. Cerca de 350 mil deles trabalham diretamente nas plantas frigoríficas. No campo, são mais de 130 mil famílias proprietárias de pequenos aviários, que produzem em um sistema totalmente integrado com as agroindústrias exportadoras (ABPA, 2016).

Estes dados despertam o interesse em estudar e conhecer mais a atividade, para isso a pesquisa é embasada na Nova Economia Institucional (NEI), por entender que a teoria é chave fundamental para explicar os ambientes:

organizacional, institucional, tecnológico e competitivo da atividade avícola, tão importante para o agronegócio.

A escolha do tema e objeto de estudo vai de encontro à linha de pesquisa ofertada no programa de Mestrado que é a Economia do Agronegócio, área importante na cadeia produtiva como mencionado anteriormente e desafiadora quando pesquisada.

Posteriormente ao referencial teórico, a pesquisa traz dados sobre: o consumo, produção, abate e exportação da carne de frango, dados estes que são relevantes para realização desta pesquisa e entender o porquê a região se tornou a maior produtora e exportadora avícola.

Diante deste contexto busca-se analisar a nova Economia Institucional de Integração Avícola no intuito de explicitar a percepção de produtores do Oeste do Paraná, sobre como ocorre à relação entre produtores e as instituições integradoras.

Para tanto, busca-se realizar um mapeamento de instituições integradoras presentes no Oeste do Paraná e seus respectivos produtores; traçar o perfil socioeconômico, investigar a percepção de produtores sobre como se dão suas relações com as Instituições integradoras.

Metodologicamente a abordagem é qualitativa e quantitativa, pois se realiza uma pesquisa de campo entrevistando produtores integrados utilizando como instrumento um questionário padronizado com questões fechadas.

Esquematicamente a dissertação é organizada em cinco capítulos. Inicia-se apresentando a introdução onde se contextualiza a temática, apresentando os objetivos e metodologia a ser adotada.

No segundo capítulo, apresenta-se a revisão bibliográfica, descrevendo os subsídios teóricos que fundamentam a investigação.

No terceiro capítulo apresenta-se o arcabouço metodológico que descreve como se deu a escolha do tema, objetivos, procedimentos de coleta de dados que vão do mapeamento da população a estratificação da amostra a ser investigada na pesquisa de campo com os produtores integrados.

No quarto capítulo apresentam-se os dados da pesquisa de campo articulados com a fundamentação teórica.

Para finalizar apresentam-se as conclusões, considerações finais, seguidos da apresentação da referência, dos anexos e apêndices.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DE ESTUDO

O sistema de integração avícola é predominante no Brasil e no Estado do Paraná. Este escopo leva-nos a questionar a percepção do produtor do Oeste do Paraná sobre a integração avícola a partir do enfoque da Nova Economia Institucional.

O estudo se justifica pelo destaque que a atividade avícola representa no desenvolvimento econômico no Brasil, a atividade é responsável pela geração de empregos diretos e indiretos, além de movimentar as exportações. O Brasil é maior exportador mundial de carne de frango (ABPA, 2016).

No que tangencia a região sul é destaque entre as outras regiões do país pela competitividade apresentada, principalmente pelo estado do Paraná, conforme dados expostos anteriormente, o estado é responsável por 62,83% da produção nacional e 76,66% de toda exportação nacional.

Vale destacar também que a região oeste paranaense é a líder na atividade avícola no estado. Outro dado a ser explorado é que estão presentes na região as agroindústrias que figuram entre as 15 maiores exportadores nacionais.

Diante desses dados expostos acima desperta-se o interesse em entender como a região se tornou a maior produtora e exportadora da carne de frango e como sua relação se dá através da cadeia produtiva, sob a ótica da Nova Economia Institucional.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é analisar a percepção do produtor do Oeste do Paraná sobre a integração avícola a partir do enfoque da Nova Economia Institucional.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Realizar um mapeamento das agroindústrias presentes no Oeste do Paraná e seus respectivos produtores;
b) Discutir as relações entre os produtores avícolas e as empresas integradoras a partir da Nova Economia Institucional;
c) Investigar a percepção de produtores sobre a atividade avícola;
d) Traçar o perfil socioeconômico dos produtores avícolas;

2 NOVA ECONOMIA INSTITUICIONAL

Este capítulo descreve os principais autores que contribuíram para o desenvolvimento da Nova Economia Institucional NEI, linhas de pesquisa e correntes de pensamento, sem a pretensão de esgotar as discussões a respeito do assunto.

Conforme Zylbersztajn (1995, p. 33):

> Nos arredores de 1930, algumas contribuições não-ortodoxas ao pensamento econômico iluminaram os principais caminhos que, posteriormente, foram trilhados pelo que se conhece hoje como NEI. Entre as principais contribuições certamente encontram-se os trabalhos de Coase, Commons, Knight, Barnard e, um pouco mais tarde, Hayek.

De acordo com Zylbersztajn (1995) a influência de Commons, é evidente e reconhecida. O autor diz que a transação enquanto unidade de análise foi definida por ele em três princípios básicos de conflito, mutualidade e ordem.

Segundo Williamson (1991 p. 279), “a NEI concilia os resultados antagônicos de Barnard e Hayek ao argumentar que cada um deles trata de um tipo diferente de adaptação, mas especificamente, autônoma, no caso de Hayek, e de cooperação, no caso de Barnard”.

A contribuição mais importante para o desenvolvimento da NEI foi de Coase, num momento em que o pensamento econômico estava imerso na compreensão do mercado e no funcionamento, ou não funcionamento, do mecanismo de preços. Coase, predestinado a iluminar a simplicidade obscurecida da atividade econômica, contribui abrindo caminho para explicar a gênese da firma. Até então a firma era vista como instância na qual uma ou várias transformações tecnológicas eram processadas em um determinado bem ou serviço, aspectos organizacionais ou de relacionamento com clientes e os fornecedores eram ignorados, de modo que a firma podia ser representada como Função de Produção, as entradas eram vistas como insumos necessários a produção e as saídas os produtos produzidos por ela. Coase foi além, entendeu o escopo, abrangência e limites de uma firma (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Coase diagnostica que o pensamento econômico tinha como principal propósito aperfeiçoar as proposições de Adam Smith sobre a coordenação do sistema econômico, através do mecanismo de preços. Coase (1991, p.

713)“observando que na visão prevalecente a firma poderia compreender um conjunto indefinido de atividade de transformação do produto, divisou que a essência do que estudava, a coordenação do sistema econômico, podia se realizar internamente na firma” (ZYLBERSZTAJN, 1995).

O autor diz ainda: “a firma não seria, portanto, somente um espaço para a transformação do produto, mas seria também um espaço para a coordenação das ações dos agentes econômicos alternativo ao já estudado mercado. (ZYLBERSZTAJN, 1995).

A partir da Teoria da Firma proposta por Coase, surgiram outras contribuições com enfoques diferentes, conforme Williamson (1991), as duas correntes teóricas são complementares, enriquecendo a NEI. Assim são atribuídos dois níveis analíticos a NEI: o nível macro institucional, embasado nos estudos de Douglass North e o nível micro institucional, baseados nos estudos de Oliver Williamson (FARINA; AZEVEDO & SAES, 1997).

A estratégia de acordo com North (1993) é absorver a teoria neoclássica como um caso particular. “A ‘teoria vencedora’ deverá ser capaz de reinterpretar a ‘derrotada’ em seus próprios termos”. O autor faz o mesmo caminho que Keynes, quando este demonstrou que o pleno emprego só ocorria em casos muito particulares. Os pressupostos neoclássicos seriam constatados apenas em um caso especial do institucionalismo, onde dada matriz institucional permitiria a maximização dos ganhos e a eficiência econômica.

O desenvolvimento econômico enfrenta dois obstáculos que tem haver com as mudanças institucionais. São as chamadas limitações formais e informais, responsáveis pela evolução de dada matriz institucional. As limitações formais, como o próprio autor assinala, incluem as regras políticas (e jurídicas), regras econômicas e contratos (NORTH, 1993).

Por outro lado, as limitações informais são mais complexas e envolvem normas ou códigos de conduta, cultura, valores e ideologias formados em geral no seio da própria sociedade. Portanto a matriz institucional é o conjunto de regras formais e informais que conduzem o comportamento dos indivíduos em sociedade. Para o estabelecimento das regras formais o Estado tem um papel substancial para North, porque ele, ao estabelecê-las com base nos anseios do comportamento e evolução da sociedade estará, não necessariamente, assegurando os direitos de

propriedade e as regras de produção numa ordem capitalista *ah doc*. Se no mercado os indivíduos se confrontam diariamente em suas transações e como há o risco, por uma série de fatores, do não cumprimento dos acordos, o que pode levar a custos de transação elevados, é necessário que as regras do jogo estejam bem definidas e que seu cumprimento seja efetivamente realizado (NORTH, 1993).

O cumprimento das regras, portanto, exige um terceiro agente que possa estabelecer os interesses dos contratantes. Desta forma, North (1993) coloca que "o cumprimento obrigatório por uma terceira parte significa o desenvolvimento do Estado como uma força coercitiva capaz de monitorar direitos de propriedade e fazer cumprir contratos".

North ao definir as instituições como as regras do jogo, também são evidenciados os jogadores, as organizações, entendidas como "corpos políticos (partidos políticos, o Senado, agências reguladoras), corpos econômicos (empresas, sindicatos, sítios, cooperativas) corpos sociais (igrejas, clubes, associações desportivas) e organizações educativas (escolas, universidades, centros vocacionais de capacitação). São grupo de indivíduos relacionados por alguma identidade comum em direção a certos objetivos" (NORTH, 1993).

Conforme defende North, os arranjos institucionais dessas economias, por mais que evoluíssem para determinadas matrizes institucionais, elas não foram suficientes para engendrar o processo de desenvolvimento econômico similar ao verificado nos países anglo-saxões, mesmo que ocorressem retornos institucionais crescentes. Como forma de exemplificar que determinados arranjos institucionais não conduzem a uma evolução da riqueza social, esse arranjo institucional não era eficiente do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, nem muito menos para reduzir os custos de transação (NORTH, 1993).

Neste sentido, nos países do Terceiro Mundo as instituições não foram responsáveis por reduzir os custos de transação e transformação, nem tampouco assegurar os direitos de propriedade, num nível que pudessem proporcionar maior riqueza social e condições adequadas de acessá-la via mercado, os mercados não atingiram um limite razoável de funcionamento equilibrado que pudessem engendrar um desenvolvimento econômico dinâmico. Vale salientar, que para a Nova Economia Institucional, desenvolvimento econômico significa pleno funcionamento

das forças de mercado, com regras estabelecidas e respeito aos acordos, isto tudo diante de inovações institucionais (NORTH, 1993).

2.1 PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS

A Nova Economia Institucional (NEI) pode ser segregada em quatro pressupostos fundamentais, dois deles caracterizados como transacionais e outros dois comportamentais.

O primeiro pressuposto é o de que existem custos de transação na utilização do sistema de preços, através do mercado ou pela firma. Isto é, o funcionamento do sistema econômico depende dos contratos existentes no mercado, mas também pode ser coordenado pelas firmas (COASE, 1991).

O segundo pressuposto sugere que as transações ocorrem em um ambiente institucional estruturado, de maneira que as instituições são importantes e tem a capacidade de influir nos custos de transação, e o ambiente institucional afeta o processo de transferência dos direitos de propriedade (COASE, 1991).

O terceiro e quarto pressupostos são comportamentais e de importância fundamental aos resultados obtidos pela teoria. Os indivíduos são considerados racionais, porem de modo limitado, e oportunistas, auto-interessados com avidez. Estes pressupostos constituem condições necessárias para os custos de transação (ZYLBERSZTAJN, 2005).

O autor Williamson (1985) distingue três níveis de racionalidade: a) maximização (ou racionalidade forte), b) racionalidade limitada (ou racionalidade semiforte) e c) racionalidade orgânica (ou racionalidade fraca). Esta classificação abrange os principais pressupostos de racionalidade da teoria econômica, mas não esgota os possíveis modelos de racionalidade, que poderiam surgir, por exemplo, a irracionalidade dos agentes.

O primeiro conceito: maximização ou racionalidade forte, afirma que os indivíduos são capazes de absorver e processar toda a informação disponível, assim maximizar seu objetivo, seja utilidade, lucro, receita ou similares. Este conceito se apóia no pensamento econômico ortodoxo, pois permite a formalização rigorosa de seus modelos (ZYLBERSZTAJN, 2005).

O segundo conceito mencionado por Williamson (1985), o da racionalidade limitada, constitui, juntamente com o pressuposto de oportunismo, o alicerce que sustenta a ECT. Este conceito assume que os indivíduos agem racionalmente, porém de modo limitado. Esse pressuposto diz ainda que o agente, por exemplo, o empresário, se empenhará em obter aquilo que considera melhor para si, o maior lucro para a empresa. Porem, a obtenção de informações que levem a esse objeto são limitadas ou custosas. Portanto, o recurso "racionalidade" se torna escasso, implicando custos a sua utilização. Ao invés de uma decisão ótima, o agente contenta-se com decisões satisfatórias (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Williamson (1996) salienta que a racionalidade é limitada, porem intencional, traduz-se em contratos incompletos, trabalhos incompletos em sua totalidade, o que aparenta uma contradição dos termos.

O terceiro conceito da racionalidade orgânica ou processualista (Nelson & Winter, 1982) defende que a capacidade racional dos indivíduos não é suficiente para direcionar a escolha de um quadro institucional com a finalidade de amenizar problemas contratuais. A racionalidade orgânica conforme Williamson (1985) implica a incompletude contratual de modo incompleto, em uma aparente redundância dos termos (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Frequentemente o pressuposto de racionalidade limitada é confundido com incerteza (Brousseau, 1993) ou com a existência de custos de coleta e processamento de informações.

Para Brousseau (1993) "a incerteza destrói a possibilidade de ação a partir de um conhecimento científico, racional do mundo". A incerteza implica limitação a racionalidade. A diferença, portanto, é de essência. Racionalidade limitada é uma característica do individuo enquanto incerteza é uma característica do ambiente ou, mais especificamente, da transação.

Williamson (1996) diz que: ao contrário de Posner (1993), a racionalidade limitada não se reduz ao custo de processamento e coleta de informações, "mas também se refere à impossibilidade de se lidar com problemas complexos, mesmo que bem-estruturados (informacionalmente)."

Conforme Williamson (1985) o pressuposto comportamental do oportunismo pode ser dividido em três níveis: a) oportunismo ou auto-interesse forte; b) auto-interesse simples ou sem oportunismo; c) obediência ou ausência de auto-interesse.

O oportunismo ou auto-interesse forte, não apresenta restrições ao comportamento egoísta dos agentes econômicos. Mentir, enganar, trapacear e ações esperadas se forem do interesse do individuo. As duas formas de oportunismo temporais são: oportunismo *ex-ante* uma parte age aeticamente antes de se efetivar a transação e o oportunismo *ex-post* em que o comportamento aético se verifica durante a vigência do contrato (ZYLBERSZTAJN, 2005).

O auto-interesse simples ou sem oportunismo presume que os termos acordados originalmente serão mantidos durante a execução do contrato, esse pressuposto é adotado pela economia ortodoxa (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Já o pressuposto da obediência ou ausência de auto-interesse é utilizado nas formulações utópicas de engenharia social e para os mecanismos, fundada no individualismo metodológico, ou seja, as ações individuais não são comandadas pelo indivíduo, e sim por uma entidade externa, como governo ou ideologia (ZYLBERSZTAJN, 2005).

2.2 CONTRATOS

Conforme descreve Zylbersztajn (2005) a NEI representa um campo interdisciplinar que abrange as áreas de Economia, Direito e Administração. Para ele os contratos representam um papel central na formulação da nova teoria da firma. Tanto na Economia, quanto no Direito, a análise e o estudo das relações contratuais em seus múltiplos aspectos tem fundamental importância, diz ainda que de certa forma os economistas invadiram o campo de conhecimento do Direito, assim como os economistas o fizeram com outras áreas.

Em relação aos contratos Ribeiro (2009, p. 34) discorre:

> O reconhecimento da atribuição de uma função ao contrato pode cingir-se ao conteúdo jurídico atribuído originalmente ao contrato pelas partes celebradas: a função interna do contrato com relação ao negócio jurídico nele previsto e o interesse das partes em realizá-lo. Mas, tomada neste sentido a função aproxima-se da noção de causa do contrato.

Ribeiro diz ainda que outra forma de entender a função social do contrato assegurada no Código Civil relaciona-se a boa-fé objetiva, resultado habitualmente associado a realização de um determinado contrato e a expectativa em relação aos seus efeitos (RIBEIRO, 2009).

Zylbersztajn 2005, p. 39 comenta:

> A firma pode ser vista como um rico ambiente para discutir-se direito de propriedade, a partir do conceito proposto por Coase, onde a firma é tratada como um complexo de contratos. Sendo os contratos voltados para definir regras de troca de direitos de propriedade entre agentes especializados, a firma representa um exemplo onde a análise de direitos de propriedade pode ser útil para a compreensão da estrutura interna contratual.

Os contratos apresentam custos associados ao seu desenho, implementação, monitoramento e especialmente às soluções de disputas oriundas de descumprimento das relações contratuais estabelecidas (ZYLBERSZTAJN, 2005).

De acordo com Rocha Jr (2001, p.13-14)

> As estruturas de governança são necessárias para melhor organizar as transações comerciais, economizando custos de transação. Elas são consideradas como parte do problema de minimização de custos, uma vez que, para determinadas transações, mudanças em sua estrutura podem permitir um aumento ou diminuição em seus custos. Exemplificando, se um frigorífico que exporta carne de frango fizesse um contrato *spot* com os produtores de frango, ocorreria uma série de problemas de produção e gerenciamento que praticamente inviabilizaria a exportação. É por isso que os contratos são feitos via integração, uma vez que os custos de gerenciamento, adaptação e monitoramento são mais baixos, e a empresa tem uma melhor coordenação, podendo ofertar um produto com determinadas características que são muito específicas.

A autora CIELO (2015) complementa ainda que o reconhecimento da atribuição de uma função ao contrato pode cingir-se ao conteúdo jurídico atribuído originalmente ao contrato pelas partes celebradas: a função interna do contrato com relação ao negócio jurídico nele previsto e o interesse das partes em realizá-lo. Mas, tomada neste sentido a função aproxima-se da noção de causa do contrato.

2.2.1 Economia dos Custos de Transação

A Economia dos Custos de Transação (ECT) surge da Teoria dos Custos de Transação (TCT) a qual tem uma trajetória de desenvolvimento escrita por duas principais obras. A primeira é de Ronald Coase, escrita em 1937, intitulada *The Nature of the Firm,* a segunda, é de Williamson, publicada em 1975, *Markets and hierarchies: anlysis and antitrust implications*. Coase defende que sua teoria encaixa-se na abordagem tradicional de análise da firma e possa ser operacionalizada pelo instrumento marginalista, os desenvolvimentos da microeconomia neoclássica não levaram em conta suas ideias, seu trabalho como ele diz é lembrado porem não lido com a devida atenção (PESSALI, 1996).

Já Williamson, retoma a ideia de Coase, a qual constrói uma teoria da evolução das firmas, apresenta o modelo econômico: mercados e hierarquias, que são formas alternativas de organizar a produção capitalista, estando o tamanho da firma limitada a sua capacidade não só de produzir um bem com menores custos que aqueles incorridos na produção, mas em ter menores custos, somados os de produção e de transação, que correspondem aos demais custos incorridos na passagem do bem entre interfaces tecnologicamente distintas (PESSALI, 1996).

Segundo Pessali, Coase expressa insatisfação em seu artigo *The Nature of the firm* em relação ao descuido da teoria tradicional em tratar rotineiramente o sistema econômico como agente auto-regulável pelo sistema de preços, ao mesmo tempo em que dá pouca atenção às firmas. Cita ainda que dentro destas a alocação dos fatores não acontece pelo mecanismo de preços e sim por um modo diferente de coordenação da produção, geralmente pelo empresário ou responsável pelo comando das atividades. No entanto, a teoria tradicional estava incompleta ao não procurar uma definição particular e real das firmas e a partir daí, explicar as hipóteses de sua natureza e sua lógica de funcionamento (PESSALI, 1996).

Como defende North os custos de transação e produção, são determinados pelo desempenho econômico, evolução e tecnologia empregada nas instituições. Instituições que por sua vez constituem as regras do jogo numa sociedade, mas formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas. Consequentemente, e em compensação, estruturam incentivos de natureza político, social e econômica (NORTH, 1994).

Conforme sugerido por Commons, em relação à transação como unidade de análise, Williamson (1985) preocupava-se em atribuir dimensões a essas transações, utilizando elementos objetivos e observáveis. Elementos estes que identificavam a possibilidade de ação oportunista pelas partes envolvidas na transação e seus respectivos custos sobre as demais partes. Assim, conforme a transação, dimensionada por esses elementos objetivos, diferentes custos de transação serão inferidos, o que poderia exigir uma diferente forma organizacional para governar essa transação (ZYLBERSZTAJN, 1995).

De acordo com Zylbersztajn, 1995, p. 139:

> O conceito de transação é definido por Williamson (1993) como a transformação de um bem ao longo de interfaces tecnologicamente

> separáveis. A ECT considera ambos os custos, de produção e de transação, sendo em tal particular uma generalização da teoria neoclássica da firma. A unidade analítica é a própria transação, o que torna esta teoria especialmente hábil para o estudo dos sistemas do *agribusiness*, dentro da definição proposta por Goldberg.

Para Coase, “as instituições, em particular a firma, desempenham o papel de economizar custos de transação, só sobrevivendo às formas organizacionais que se mostram eficientes nessa tarefa” (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 44).

Williamson (1975; 1979) e Klein *et al* (1978), sugeriram outras dimensões das transações, que foram exploradas pela ECT. O ponto de referência para se dimensionalizar as transações era a identificação das suas características que influenciavam a possibilidade ou o custo de ações oportunistas. Klein *et al* (1978, p. 318) destacam dois elementos, além da especificidade de ativos, que podem representar esse papel: a) incerteza e b) expectativas de crescimento da demanda (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Na visão de North (1994) Coase (1937) dizia que só se obtém os resultados neoclássicos de mercados eficientes quando não há custos de transação. Quando os custos de transação são consideráveis, as instituições passam a adquirir importância. Um conjunto de instituições políticas e econômicas de mercados de produtos e fatores eficientes necessários ao crescimento econômico.

Para North os custos de produção podem ser definidos como aqueles a que estão sujeitas todas as operações de um sistema econômico. Acrescenta ainda que mesmo o exame mais superficial de uma economia sugerirá ao observador que muitos de seus atores,na verdade a maioria, não produz nada do que os indivíduos consomem. Mas advogados, banqueiros, contadores, funcionários de escritório, contramestres, gerentes e políticos, para citar apenas algumas das ocupações ampla ou totalmente evoluídas são transações, são peças essenciais para a operação de qualquer sistema econômico (NORTH, 1994).

2.2.2.1 Especificidade dos ativos

Quanto à especificidade dos ativos, referem-se aos ativos que não são reempregáveis a outra atividade, a não ser com perdas de valor. Dessa forma, o grau de especificidade do ativo está intrinsecamente relacionado à dificuldade de seu uso alternativo. Quanto maior for a especificidade, maiores serão os riscos e

problemas de adaptação e, portanto, maiores os custos de transação. (CIELO, 2015; FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

Tal característica, aliada ao pressuposto do oportunismo e à incompletude dos contratos faz com que investimentos nesses ativos fiquem sujeitos a riscos e a eventuais problemas de adaptação, gerando custos de transação (CIELO, 2015; FARINA; AZEVEDO; SAES,1997; ROCHA JR.; RIBEIRO, 2011).

As instituições são distintas nas diferentes economias e, portanto, devem estar alinhadas com as particularidades e características de cada economia para garantir a realização das transações. O desenvolvimento dos direitos de propriedade é resultado das especificidades do desenvolvimento de cada nação em particular, sendo fundamental no estudo da história economica a definição e garantia dos direitos de propriedade(NORTH, 1991; 1981).

De acordo com Cielo (2015) a existência de especificidade dos ativos induz as partes envolvidas nas transações a manter a continuidade na relação comercial, mesmo que inúmeras adaptações e ajustes sejam necessários.

Conforme Williamson (1996) a especificidade de ativos pode ser dividida da seguinte maneira:

a) especificidade locacional, refere-se à posição geográfica do ativo. A proximidade geográfica de sucessivos estágios de produção propicia redução de custos com transporte e armazenagem, gerando retornos a essas unidades produtivas;

b) especificidade de ativos físicos está relacionada à particularidade de um ativo, de sua versatilidade. Assim, quanto maior o grau de sua especialização, maior a dificuldade em recuperar o valor investido na aquisição, em situações de vendas do ativo. “quanto mais limitado em poder de uso, mais específico é um ativo” (ROCHA JR.; RIBEIRO, 2011, p.6);

c) especificidade de ativo humano decorre do conhecimento acumulado pelas pessoas para a realização de uma determinada atividade/área. Dessa forma, quanto mais especifica for à qualificação do capital humano, mais precisa será a atividade que desempenhará;

d) especificidade de ativo dedicado refere-se a um montante de investimentos em que o retorno está vinculado à relação com agente de forma particular. Nesta forma de ativo, surgem investimentos por parte de um agente para que

determinadas atividades de outro agente se cumpram. Assim, em caso de cessar a transação, o ativo fica sem utilização e perde valor, representando custos para o agente que fez o investimento (CIELO, 2015; ANDERSON, 1988);

e) especificidade de marca, caracterizada pela importância que o nome da firma ou mesmo de um produto tem no mercado, sendo particularmente relevante para franquias (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997);

f) especificidade temporal relaciona-se ao valor da transação e o tempo em que esta se processa. É um tipo de transação relevante em caso de negociação de produtos perecíveis por exemplo.

Farina, *at. al* (1997) salientam que os tipos de especificidades de ativos descritos por Williamson (1985) e apresentados anteriormente, não esgota as possibilidades de especificidades existentes nas transações, mas, de certa forma, podem explicar parte dos problemas de dependência bilateral, bem como, de suas implicações sobre os custos de transação. Contudo, a presença de especificidade de ativos em uma determinada transação, por gerar relação de dependência entre os agentes, pode favorecer a ação oportunista.

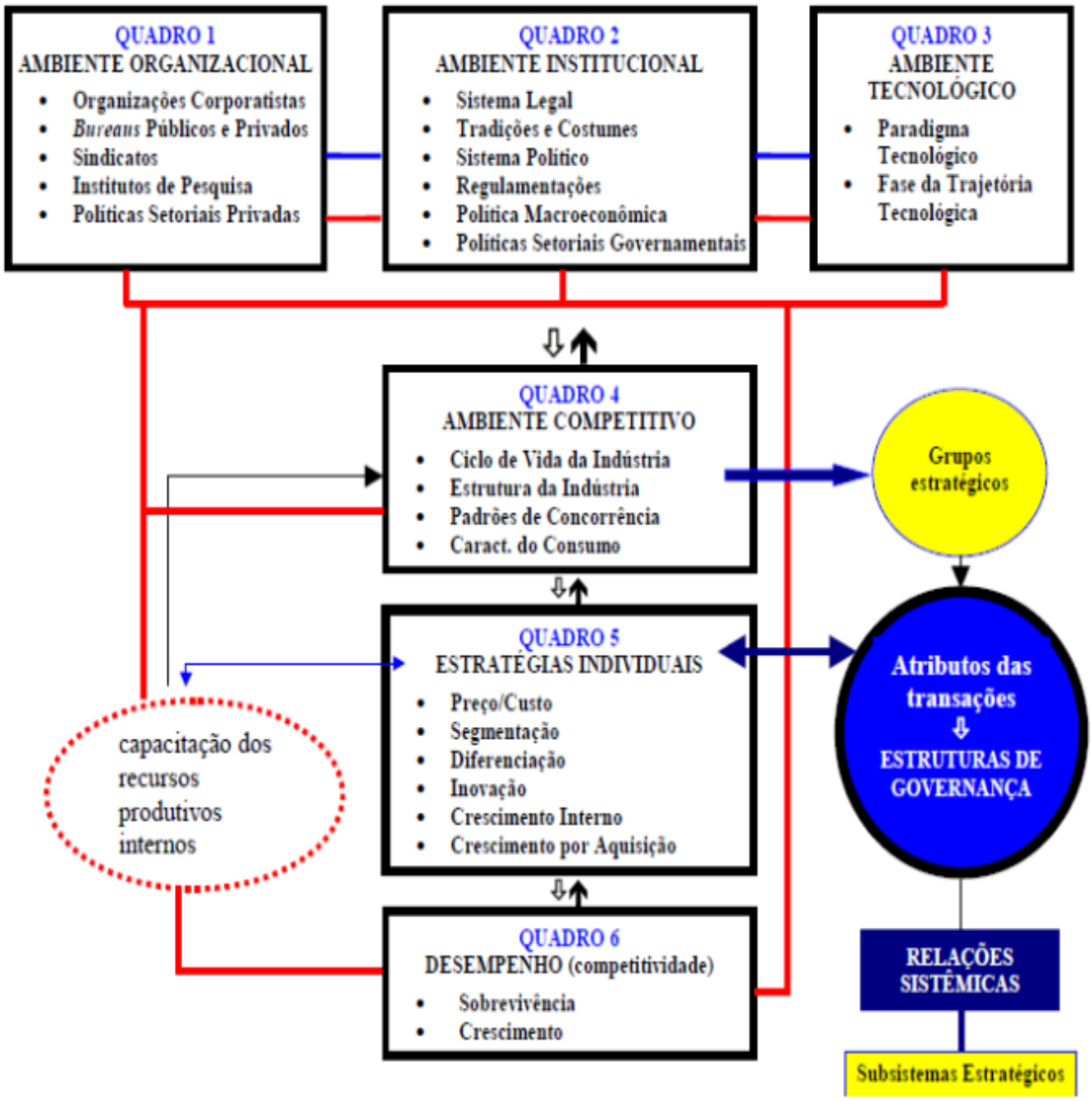
Para Fiani (2002, p. 272):

> A especificidade de ativos é uma condição necessária para que o risco associado a atitudes oportunistas seja significativo; caso contrário, a própria rivalidade entre os numerosos agentes aptos a participarem da transação,tanto no papel de vendedores como de compradores, reduziria a possibilidade de atuações.

2.2.2 Ambiente Organizacional, Institucional, Tecnológico, Competitivo e as estratégias individuais

Nos próximos tópicos são analisados os ambientes organizacional, institucional, tecnológico, competitivo e as estratégias individuais, uma vez que todos esses ambientes são considerados no estudo. Abaixo a Figura auxilia no entendimento, de forma esquemática, as interações entre os produtores e as agroindústrias/frigoríficos de frango se organizam.

Figura 1 - Relações sistêmicas dos ambientes e a estrutura de governança.



Fonte: Saes & Farina (1997)

A Figura 01 - Relações sistêmicas dos ambientes e a estrutura de governança é dividida da seguinte forma:

No quadro 01 é analisado o Ambiente Organizacional composto por: Organizações Corporativas, *Bureaus* públicos e privados, sindicatos, institutos de pesquisas e políticas setoriais privadas.

O quadro 02 é formado pelo Ambiente Institucional, fazem parte dele: Sistema legal, tradições e costumes, sistema político, regulamentações, política macroeconômica e políticas setoriais governamentais.

O quadro 03 aborda o Ambiente tecnológico, que é dividido em: paradigma tecnológico e fase da trajetória tecnológica.

Já o quadro 04 é analisado o Ambiente Competitivo que é composto pelo ciclo de vida e estrutura da indústria, padrões de concorrência e características de consumo.

O quadro 05 trata das Estratégias Individuais e nele é abordado o preço/custo, segmentação, diferenciação, inovação, crescimento interno, crescimento por inovação.

Por fim, o quadro 06 é composto pelo Desempenho (competitividade) onde consta a sobrevivência e o crescimento das organizações.

Estas estruturas e as suas relações serão descritas a seguir no aporte teórico.

2.2.2.1 Ambiente Organizacional

Para Zylbersztajan (1995, p. 160) “as organizações desenvolvem-se dentro do ambiente institucional, refletindo as estratégias dos atores que criam as estruturas políticas, sociais, econômicas, limitadas pelas regras institucionais, buscando otimizar ou maximizar a sua função objetivo”.

Já Knight na concepção de Zylbersztajn, projetou-se no cenário econômico por distinguir risco de incerteza, proposição que influenciou a Teoria Geral de Keynes e abriu os caminhos da teoria da escolha em condições de incerteza. Knight afirmou que “o principal motivo para se entender as organizações econômicas seria o propósito de redução do desperdício (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Barnard e Hayek tiveram outros objetivos quanto à adaptação às mudanças no ambiente econômico como sendo o principal problema econômico, em um momento em que o dominante estava mergulhado em exercícios de estática comparativa. Hayek, encabeçando a escola austríaca, confronta o sistema descentralizado, como a economia de mercado, com um sistema de planejamento central, argumentando que o primeiro responderia de modo mais rápido e eficiente as mudanças, devido ao uso e fluxo mais intenso das informações que seriam

transmitidas pelo sistema de preços. Enquanto Barnard utilizou-se da mesma questão – a adaptação, investigando o processo internamente as organizações (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Nesse sentido Williamson, (1991 p. 278) complementa: “Se, por um lado, Hayek conclui pela supremacia da ‘organização interna’. Ambos, no entanto, relevam a adaptação como principal argumento de eficiência.

Para North, organizações são os principais agentes de uma sociedade e dentro dessa categoria encontra-se os mais diversos entes: “*political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers)*” (North, 1993).

Ao longo do processo histórico, as diversas organizações podem investir seus esforços das mais variadas maneiras, sempre buscando na margem os maiores *pay-offs* para suas ações. Podem investir em atividades econômicas socialmente produtivas, como em novas tecnologias de produção, podem investir em atividades redistributivas, como, por exemplo, a formação de monopólios. Podem ainda investir na própria alteração das regras do jogo, mudando, portanto, a matriz institucional sob a qual estão operando.

North, (1993 p. 78) diz que nada garante, entretanto, que esses investimentos sejam socialmente ótimos ou que exista algum mecanismo capaz de levá-los ao longo do tempo a uma situação eficiente.

2.2.2.2 Ambiente Institucional

Para North (1993) Em *Institutions*, a teoria sobre o desenvolvimento econômico a partir da análise institucional é metodologicamente apresentada. Sua preocupação inicial foi definir o que são as instituições. North define instituições “como as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma as interações humanas”. Mas para que servem as instituições? Qual o seu papel? Aqui reside exatamente o ponto que a Nova Economia Institucional tenta se distanciar dos pressupostos neoclássicos. Segundo os neoclássicos os mercados funcionam em concorrência perfeita e não

existem assimetrias no acesso as informações que possibilitam os agentes desenvolverem suas ações e tomadas de decisões. Logo, as instituições, para os neoclássicos, são uma variável exógena do modelo de funcionamento dos mercados e, consequentemente, das teorias do desenvolvimento econômico, haja vista que para eles desenvolvimento significa elevação da produtividade com base no aprofundamento da divisão social do trabalho e aumento do excedente da riqueza social.

Conforme North (1993, p. 8), assim define as instituições:

> (...) as instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta e auto-impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano para seu relacionamento com os outros.

North (1993) adverte que é "inegável que as instituições afetam o desempenho da economia" e que "nem a teoria econômica corrente nem a história cliométrica mostram muito interesse em demonstrar a função das instituições no desempenho econômico". Nesse sentido, para os novos institucionalistas, o processo de desenvolvimento econômico é também um processo de desenvolvimento das instituições ou evolução de uma determinada matriz institucional, portanto, as instituições importam e devem ser acrescentadas nos modelos de desenvolvimento econômico (NORTH, 1993).

O autor critica essa ausência de uma análise institucional nos neoclássicos, a Nova Economia Institucional vai rejeitar o conceito de homem econômico, ou seja, a ideia de que os indivíduos são racionais, que permite que possam conhecer e processar todas as informações pertinentes a sua tomada de decisão com o objetivo de maximizar seu bem-estar econômico ou político (*rational choice*). North admite que as escolhas dos indivíduos também obedecem a outros fatores não-econômicos como ao altruísmo, os gostos e preferências, ideologias. Portanto, a racionalidade dos indivíduos é limitada e se comporta diante de um mundo permeado de incertezas, outra constatação da Nova Economia Institucional (NORTH, 1993).

Para North, as incertezas se devem a informação incompleta com respeito a conduta de outros indivíduos no processo de interação humana. As limitações computacionais dos indivíduos estão determinadas pela capacidade da mente processar, organizar e utilizar informação. A partir desta capacidade considerada

junto com as incertezas próprias do conhecimento do meio, evoluem normas e procedimentos que simplificam o processo. O consequente macro institucional, como estrutura da interação humana, limita a eleição que se oferece aos atores. Ou seja, as instituições, entendidas como normas e procedimentos de conduta humana, são responsáveis por diminuírem as incertezas tornando o ambiente social mais favorável para que os indivíduos sejam estimulados a tomarem decisões econômicas e políticas (NORTH, 1993).

2.2.2.3 Ambiente tecnológico

Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento nada mais são do que consequências de uma dada matriz institucional específica. No limite, as causas do crescimento, identificadas por essa visão, são o próprio crescimento (NORTH, THOMAS, 1973).

Já para Rocha Jr (2001, p. 30), a tecnologia tem outro sentido:

> A tecnologia é um dos principais fatores que influenciam a competitividade das organizações. Juntamente com o ambiente institucional e o ambiente organizacional, define-se o ambiente competitivo de uma atividade econômica regendo e condicionando as ações e estratégias dos agentes econômicos.

Conforme Rocha Jr. (2001, p.30) explica: “A similaridade entre ciência e tecnologia é bastante forte, uma vez que ambas utilizam os mesmos processos de busca e resolução dos problemas e tem a capacidade de predição”. Quando não mais se consegue obter uma das duas características, começa-se a desenvolver um processo de troca ou atualização tecnológica.

Para Moraes Jr. (2001, p. 10) há uma evolução na ideia de eficiência produtiva: “como a capacidade de se gerar um certo arranjo institucional que maximize a produção, dado um certo estoque de recursos e tecnologia”.

Kennedy *et al*.(1998) sustentam que o desenvolvimento tecnológico permite que o setor agrícola possa responder à crescente diversidade da demanda, por meio da identificação e separabilidade de atributos valorizados pelo consumidor, tais como conteúdo controlado de gordura, proteína, carboidratos ou ainda, alimentos

sem resíduos químicos, etc. A biotecnologia tem ampliado a capacidade de diferenciação das matérias-primas em um período mais curto de tempo, quando comparada aos processos genéticos tradicionais.

Neste sentido a cadeia produtiva avícola vai de encontro com a tecnologia desde os equipamentos utilizados nos aviários até os equipamentos das agroindústrias, impulsionados pelo avanço tecnológico das grandes indústrias.

Farina (1997) diz que a respeito da tecnologia: À medida que vai sendo adotada e desenvolvida, partes do processo produtivo podem ser terceirizados. A especificidade dos ativos pode se alterar ao longo do tempo, à medida, por exemplo, que uma nova tecnologia surge, dissemina-se e amadurece.

2.2.2.4 Ambiente competitivo

Os mercados são competitivos sem que se defina exatamente o significado de competitivo. Apresentando o contexto geral em que se desenvolve a teoria, Williamson afirma que: “O argumento fia-se, de um modo geral, na eficiência da concorrência na atividade de distinguir as formas mais eficientes das menos, e de promover a alocação dos recursos em favor das primeiras” (JOSKOW, 1995 p. 22).

O autor referencia sua explicação da concorrência pautado na concepção de Simon: “em termos relativos, o mais adaptado sobrevive, mas não há nenhum motivo para supor que eles sejam os mais adaptados em termos absolutos” (SIMON apud WILLIAMSON, 1985, p. 23).

Michael Porter (1990) identifica como um dos elementos-chaves das vantagens competitivas, a presença de fornecedores e distribuidores internacionalmente competitivos, explicitando as relações verticais de dependência que são subliminares ao desempenho positivo das firmas.

Na visão de Pedrozo *et al* (2005) o conceito de competitividade está relacionado à capacidade das organizações adequarem-se às mudanças no ambiente em que se inserem. Sendo assim, o termo competitividade vem associado apalavra concorrência e é entendida como a capacidade de uma organização sobreviver e crescer frente às forças da concorrência.

De acordo com Coutinho e Ferraz (1994), as organizações em busca da competitividade são condicionadas por fatores sistêmicos, estruturais e gerenciais.

Quadro 1 - Fatores que determinam o desempenho competitivo das empresas

Fatores Sistêmicos	Fatores Estruturais	Fatores Gerenciais
Macroeconômicos	Relação dos setores com o mercado	Estratégia e gestão
Internacionais	Configuração da indústria	Capacitação para inovação
Sociais	Concorrência	Capacitação produtiva
Tecnológicos		Recursos humanos
Infra-estruturais		
Fiscais e financeiros		
Político-institucionais		

Fonte: COUTINHO e FERRAZ (1994, p.19).

Para Coutinho e Ferraz (1994), os fatores sistêmicos podem ser classificados de diversas maneiras. Os fatores macroeconômicos, por exemplo, dizem respeito às taxas de câmbio, oferta e taxas de juros. Já os fatores político-institucionais referem-se às políticas tributárias e tarifárias junto com as regras que definem o uso do poder de compra do Estado e os critérios de apoio ao risco tecnológico. A regulação dos mercados se configura nas políticas de proteção a propriedade industrial, de preservação ambiental, de defesa da concorrência e de proteção ao consumidor. Outro fator sistêmico da concorrência é a infra-estrutura, pois, define a disponibilidade, qualidade e custo de energia, transportes, telecomunicações e serviços tecnológicos. Enquanto os fatores sociais influenciam na qualificação da mão de obra, na política educacional e formação de recursos humanos, políticas trabalhistas e seguridade social.

2.2.2.5 Estratégias individuais

Rocha Jr. (2001) explica que as firmas dispõem de um conjunto de recursos produtivos que devem ser ajustados para atender ao ambiente competitivo, este conjunto de recursos deve ser monitorado frequentemente para tornar suas estratégias adequadas, o que as capacita a sobreviver e a crescer.

Em relação as estratégias de mercado, no curto prazo, a concentração de mercado e o padrão de concorrência não se alteram. Mesmo que a empresa não

ajuste sua estratégia, mas sim ao padrão de concorrência, aquela continua a ser importante como um balizador da capacidade de firmas-líderes ordenarem e disciplinarem o mercado ou desenvolverem o próprio padrão de concorrência (SAES & FARINA, 1999).

Já no longo prazo, Rocha Jr. (2001) diz que as estratégias individuais que forem bem-sucedidas poderão alterar o panorama do ambiente competitivo pela modificação dos ambientes institucional, organizacional e tecnológico, desencadeando nova modificação no ambiente competitivo.

2.3 O SISTEMA AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA

Neste capítulo, inicia-se apresentando um embasamento teórico com dados primários sobre a atividade avícola. Num segundo momento, apresentam-se os dados empíricos coletados na pesquisa de campo através da amostra investigada.

A produção de frango de corte no Brasil teve seu iniciou após a população aumentar o seu consumo, cresceu então a produção para suprir esta procura, o que antes era produzido em casa, os tradicionais “frangos caipiras”, criados apenas para o abastecimento familiar, após a evolução tecnológica e a migração das pessoas do campo para as cidades, deixou de ser uma prática caseira e passou a ter finalidade comercial, surge neste contexto a organização de produtores, o que resulta posteriormente em complexos agroindustriais.

A industrialização do setor avícola iniciou-se no Brasil, no estado de São Paulo, por volta de 1940, com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, nas décadas seguintes, o estado de Santa Catarina começou os trabalhos com a empresa Perdigão, posteriormente o estado do Paraná com a empresa Sadia (BELUSSO, 2010).

Historicamente, a industrialização desse espaço foi um desdobramento do processo de ocupação e, em essência, ainda hoje está vinculada à base agrícola da região. O povoamento efetivo, que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, como abordado anteriormente, fez da derrubada das matas e da exploração da floresta a principal atividade industrial, seguida da transformação da produção agropecuária que foi se instalando nas áreas desmatadas (IPARDES, 2008).

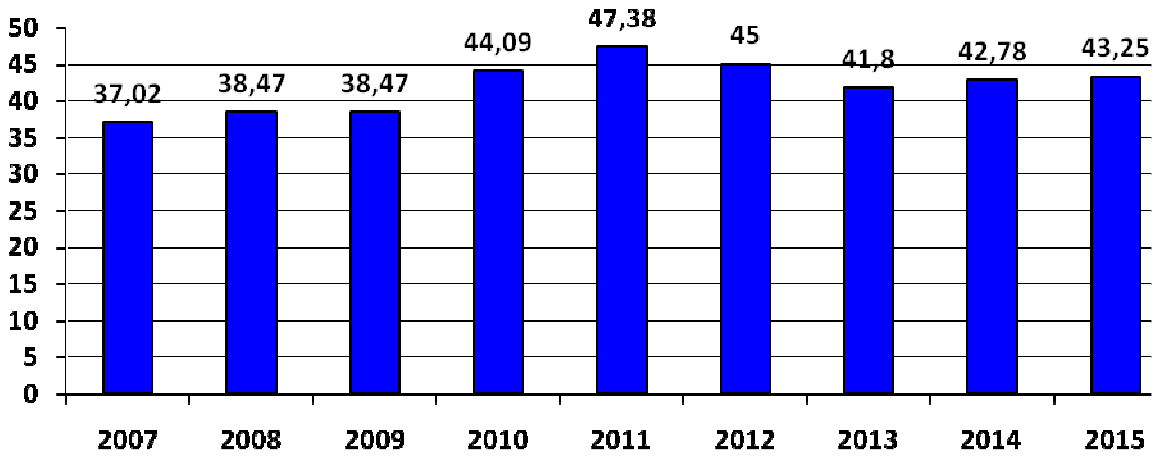
No início as cooperativas privilegiavam pequenos produtores, a cooperativa fornecia alimento para os animais, diminuindo assim os custos de produção e de manutenção. Atualmente, com os avanços tecnológicos da produção avícola nas propriedades rurais e a mecanização das atividades, principalmente no que se refere a alimentação dos animais, é estabelecida uma relação empresarial, uma certa dependência da cadeia e de fornecedores na atividade (IPARDES, 2008).

Conforme cita Donda (2002) o desenvolvimento da avicultura é considerado o ícone do crescimento e modernização do agronegócio no Brasil, abrangendo os três elementos mais importantes no cálculo econômico do capitalismo em sua configuração atual: tecnologia de ponta, eficiência na produção e diversificação no consumo.

2.3.1Consumo da carne de frango no Brasil

O consumo da carne de frango é uma das fontes de proteína de origem animal mais consumidas em todos os continentes, no Brasil não é diferente e não apresenta restrições culturais em nenhuma região, além do valor de mercado ser menor em relação a outras carnes, supera o consumo das carnes bovina e suína. (ABPA, 2016).

Gráfico 1 - Consumo per capita de carne de frango no Brasil (kg/hab) – de 2007 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da ABPA (2016).

De acordo com os dados da ABPA (2016), o consumo brasileiro apresentou uma evolução positiva, porem com oscilações na última década. Em 2007 o consumo era de 37,02 kg/hab, nos anos 2008 e 2009 aumentou para 38,49 kg/hab, já em 2010 apresentou um crescimento para 44,09 kg/hab, este crescimento ocorreu até o ano de 2011 onde o consumo bateu recorde chegando a pontuar 47,38 kg/hab. Nos anos seguintes houve uma diminuição, em 2012 o consumo caiu para 45 kg/hab, em 2013 registrou queda para 41,8 kg/hab, em 2014 um pequeno aumento 42,78 kg/hab e 2015 também apresentou um aumento, se comparado ao ano anterior, totalizando 43,25 kg de carne de frango por habitante.

De acordo com CIELO (2015, p. 59):

> O aumento no consumo da carne de frango se deve também a fatores de produção e de custo dessa proteína animal, uma vez que, a carne de frango, proveniente de produção intensiva apresenta melhor resposta em relação ao tempo e à área ocupada. Além disso, independe das condições de solo e clima, como ocorre em outras atividades agropecuárias.

Outro fator que impulsionou o consumo da carne de frango está atrelado à crise econômica que o Brasil enfrenta, a proteína das aves é mais barata em relação a outras proteínas de origem animal, como a carne bovina e suína por exemplo.

2.3.2 Consumo mundial da carne de frango

Considerando o cenário mundial os EUA, China, União Européia e Brasil se destacam como os grandes consumidores mundiais de carne de frango. Os quatro maiores consumidores responderam por 54% do consumo global em 2015, somados o consumo destes países o total é de 47.380 toneladas, já o consumo total foi de 86.376 toneladas.

Quadro 2- Consumo Mundial da carne de frango – de 2010 a 2015 (mil t)

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EUA	13.470	13.664	13.345	13.683	14.034	14.996
China	12.457	13.015	13.543	13.174	12.830	12.880
Uniã Europeia	8.954	9.014	9.198	9.388	9.906	10.160
Brasil	9.041	9.422	9.139	8.829	9.137	9.344
Índia	2.648	2.891	3.156	3.445	3.716	3.892
México	3.364	3.473	3.569	3.679	3.738	3.953
Rússia	2.957	3.013	3.321	3.520	3.676	3.775

Japão	2.079	2.104	2.213	2.201	2.226	2.245
Argentina	1.475	1.556	1.726	1.738	1.773	1.861
África do Sul	1.524	1.685	1.756	1.753	1.572	1.635
Indonésia	1.465	1.515	1.540	1.550	1.565	1.625
Outros países	17.341	18.211	19.099	19.579	20.779	20.010
Total	**76.775**	**79.563**	**81.605**	**82.539**	**84.952**	**86.376**

Fonte: ABPA/ USDA (2016).

Conforme exposto no Quadro 02 – Dentre os 11 países relacionados pelo USDA (2016) como maiores consumidores mundiais de carne de frango, nove países apresentaram evolução positiva no consumo, a Índia teve a maior variação, seguida pelo Brasil. O quadro mostra ainda que apenas dois países apresentaram evolução negativa, a Rússia e a Argentina.

2.3.3 Produção e Mercado Mundial

Conforme os dados da USDA (2016) os EUA é o maior produtor de carne de frango mundial, com aproximadamente 20% do total produzido. Em 2015,somados os quatro maiores produtores mundiais de carne de frango, em ordem: EUA, China, Brasil e União Européia (28 países), responderam por 62,4% da produção, mais de dois terços do total.

Ainda de acordo com o relatório de projeções da USDA (2016) a produção e comercialização mundial de carne irá crescer em torno de 22% até 2023 e o Brasil é apontado como o principal exportador de carne de frango no período. O relatório, também chamado de *baseline*, indica que o consumo mundial de carne deve aumentar 1,9% por ano até 2023, sendo que os embarques dos principais exportadores deverão crescer 2,2% ao ano.

Quadro 3 – Produção mundial de carne de frango – de 2010 a 2015 (mi t)

País	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
EUA	16.563	16.694	16.621	16.976	17.299	17.966
Brasil	12.312	12.863	12.645	12.308	12.692	13.080
China	12.550	13.200	13.700	13.350	13.000	13.025
União Européia	9.202	9.320	9.565	9.800	10.330	10.600
Índia	2.650	2.900	3.160	3.450	3.725	3.900
Rússia	2.310	2.575	2.830	3.002	3.260	3.550
México	2.822	2.906	2.958	3.010	3.025	3.100
Argentina	1.680	1.770	2.014	2.060	2.050	2.060
Turquia	1.420	1.619	1.707	1.760	1.956	1.980

Tailândia	1.280	1.350	1.550	1.500	1.570	1.650
Outros países	13.981	14.487	14.953	15.307	17.642	17.033
Total	**78.235**	**81.199**	**83.243**	**84.073**	**86.549**	**87.944**

Fonte: USDA (2016).

Conforme descrito no Quadro 03 – Produção Mundial de carne de frango de 2010 a 2015, o Brasil está entre os dez maiores produtores mundiais de carne de frango e em 2015 conforme os dados da USDA (2016) alcançou a segunda posição no *Ranking,* superando a China.

Observa-se que os países tiveram evolução positiva no ano de 2015 no total, se comparado aos anos anteriores, os principais em ordem são: Rússia, Tailândia, Índia, EUA, Brasil, União Européia, México e Turquia. Já os países: Argentina e China apresentaram uma evolução pouco significativa se comparados aos demais países.

A competitividade do Brasil é notado e evidenciado através dos dados. De acordo com a ABPA (2016) “Poucos países no mundo têm a vocação que o Brasil naturalmente alcançou para ser reconhecido internacionalmente como ‘Celeiro do Mundo’”.

O Brasil é dono de campos extensos de grãos, com terras férteis e um clima altamente favorável, o país assumiu para si a responsabilidade como parceiro na segurança alimentar de diversos países pelo mundo. Não foi diferente na avicultura. Hoje, mais de 150 mercados são importadores da carne de frango *made in Brazil*. Pelos portos do país, são quase quatro milhões de toneladas embarcadas anualmente, quase um terço de tudo o que se produz no país (ABPA, 2016).

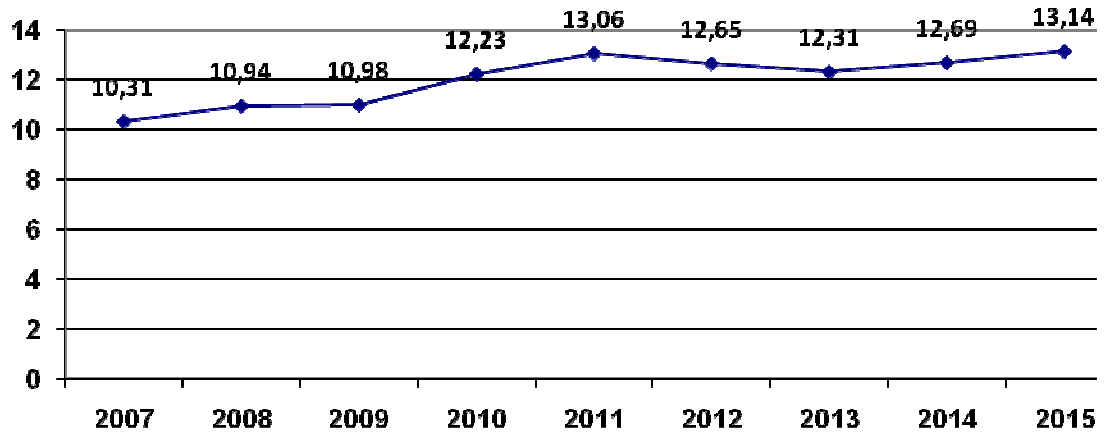
Frente a esse conjunto complexo de fatores que permitem múltiplas conjunções ambientais, a capacidade de formular e implementar estratégias passa a ser fundamental. Mas isso também implica na capacidade organizacional de identificar os fatores relevantes para o sucesso competitivo, sejam eles fatores internos à própria firma, componentes estruturais do setor ou institucionais e sistêmicos (Cielo, 2015, Pedrozo *et.al*, 2005).

2.3.4 Produção nacional da carne de frango de 2007 a 2015

A cadeia de produção de carne de frango de corte brasileira é uma das mais importantes do mundo. A oferta de frango brasileira tem acompanhando o

crescimento da demanda interna e externa decorrente do aumento da competitividade e produtividades, mas também pelo aumento no nível de urbanização e renda da população, da diversificação das dietas e da mudança de hábitos alimentares.

Gráfico 2- Evolução da produção brasileira da carne de frango (mi ton)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da ABPA (2016).

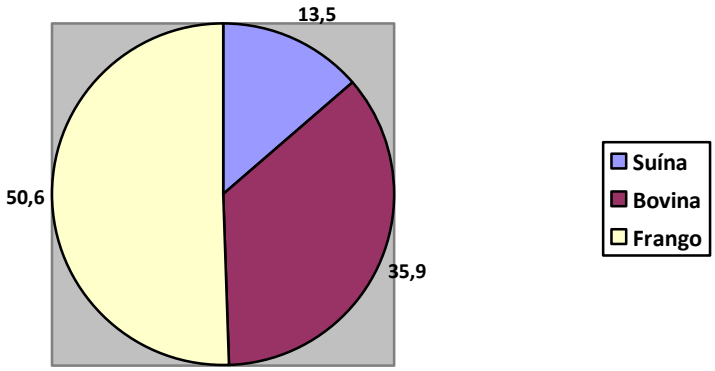
Conforme o Gráfico 02 – a evolução da produção nacional de carne de frango saltou de 10,31 mi toneladas em 2007 para 13,14 mi toneladas em 2015.

De acordo com Garcia (2015 e 2004), o excelente desempenho da cadeia produtiva do frango de corte no Brasil é reflexo do processo de reestruturação industrial (adoção de novas formas de organização industrial em larga escala), de mudanças tecnológicas e de melhorias nas técnicas de manejo, nutrição e sanidade das aves, ocorridos no Brasil a partir dos anos de 1970 e intensificados nos anos de 1990. Além disso, a posição que ocupa o país como grande produtor de soja e milho, principais componentes da ração alimentar para frangos de corte e a consolidação do sistema de produção em “parceria avícola”, nos principais estados produtores possibilitam a oferta responder com eficiência a estes aumentos de demanda e ajudam a explicar o excepcional desempenho do setor.

No mercado interno, o aumento na disponibilidade de grãos e a redução no custo deverão estimular o aumento da produção avícola nacional. Esse quadro gera expansão na oferta da carne de frango e aquece o mercado interno.O equilíbrio entre a oferta e a demanda, porém, é indispensável para a manutenção dos preços,

o que pode ser favorecido com o elevado valor da carne bovina que estimula os brasileiros a consumirem carne de frango (FAEP, 2016).

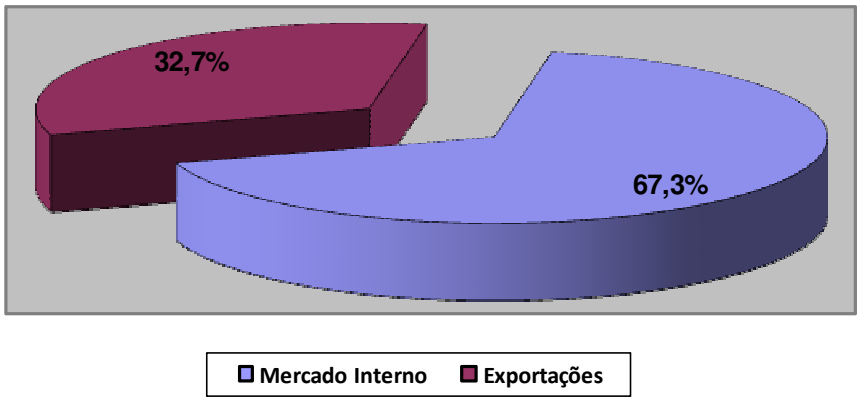
Gráfico 3- Participação na produção nacional do complexo de carnes – 2015 (mi ton)



Fonte: USDA 2016.

Conforme o Gráfico 3 a participação na produção nacional do complexo de carnes em 2015 teve como destaque a produção da carne de frango, sendo ela responsável por 50,6 mi toneladas, em seguida a carne bovina com 35,9 mi e por fim, a carne suína com 13,5 mi toneladas (USDA, 2016).

Gráfico 4 - Destino da produção brasileira de carne de frango - 2015



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da ABPA (2016).

De acordo com o Gráfico 04 – o destino da produção brasileira de carne de frango em 2015 de acordo com a ABPA foi de 67,3% para o mercado interno e 32,7% destinado às exportações.

Quanto à evolução do consumo interno, as projeções da AGE/MAPA soam ligeiramente otimistas. Pois - nas bases previstas e considerado o crescimento vegetativo apontado pelo IBGE para a população brasileira nestes próximos 10 anos (média de 0,7%-0,8% ao ano) - o consumo per capita de carne de frango deverá subir cerca de 10 kg – de pouco mais de 44 kg em 2015 para 54 kg em 2025.

No que se refere à produção e exportações as projeções da OCDE/FAO apontam que a de carne de frango continuará em crescimento, mas puxada sobretudo pelas exportações. É a mesma posição do MAPA, cujos estudos foram desenvolvidos através de sua Assessoria de Gestão Estratégica (AGE). Indo um ano além do estudo da OCDE/FAO, as projeções da AGE/MAPA se estendem até 2025. E, estimando que no corrente exercício a produção de carne de frango atinja a marca de 13,133 milhões de toneladas, projetam que dentro de 10 anos o Brasil estará produzindo volume quase 35% maior – 17,689 milhões de toneladas, o correspondente a uma expansão média em torno de 3% ao ano (MAPA, 2016).

2.3.5 Principais países exportadores da carne de frango

O Brasil continua sendo o principal exportador mundial de carne de frango, de acordo com os relatórios da USDA (2016) o país tem condições de ampliar ainda mais a sua posição de liderança e expandir os resultados.

Quadro 4 - Carne de frango – Principais países exportadores de 2010 a 2015 (mi t)

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	3.819	3.942	3.917	3.891	4.099	4.304
EUA	3.069	3.171	3.300	3.340	3.413	2.990
União Européia	929	1.036	1.094	1.083	1.070	1.150
Tailândia	432	467	538	504	580	580
China	379	423	411	420	430	395
Outros países	768	1.015	954	1.146	1.170	1.376

Fonte: USDA/Secex/ABPA(2016).

Ainda de acordo com a USDA, Os cinco maiores exportadores mundiais de carne de frango, somados os volumes, respondem por quase 90% do comércio mundial.

Cabe ressaltar que apesar da expansão mundial das exportações de carne de frango, os EUA tiveram perdas, decorrentes da influenza aviária, o país estima que 2016 as exportações voltem a registrar índices positivos (USDA, 2016).

De acordo com o MAPA (2016): em 2015, a participação do agronegócio na balança comercial brasileira foi a maior desde o início da série histórica, respondendo por 46,2% de tudo o que é vendido ao exterior.

O volume de exportações de carnes estão em segundo lugar nas vendas externas (US$ 14,7 bilhões), com destaque para a carne de frango, que representou 48% do valor exportado pelo setor de carnes (US$ 7,07 bilhões e 4,23 milhões de toneladas).

2.3.6 Principais países Importadores da carne de frango

Os principais países importadores da carne de frango de acordo com os relatórios da USDA (2016) em ordem são: o Japão e Arábia Saudita empatados com 900 mil toneladas, correspondendo a 11% do total importado, em seguida a União Européia com 710 mil toneladas e 9% do total, logo após o Iraque com 690 mil toneladas e 8% do total.

Quadro 5 - Carne de frango – Principais países importadores – de 2010 a 2015 (mi t)

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Japão	789	895	877	854	865	900
Arábia Saudita	652	745	750	820	860	900
União Européia	522	598	612	673	730	710
Iraque	687	734	727	671	700	690
Outros países	5.155	5.254	5.581	5.637	5.718	4.679
Total	7.805	8.226	8.547	8.655	8.873	7.879

Fonte: USDA (2016).

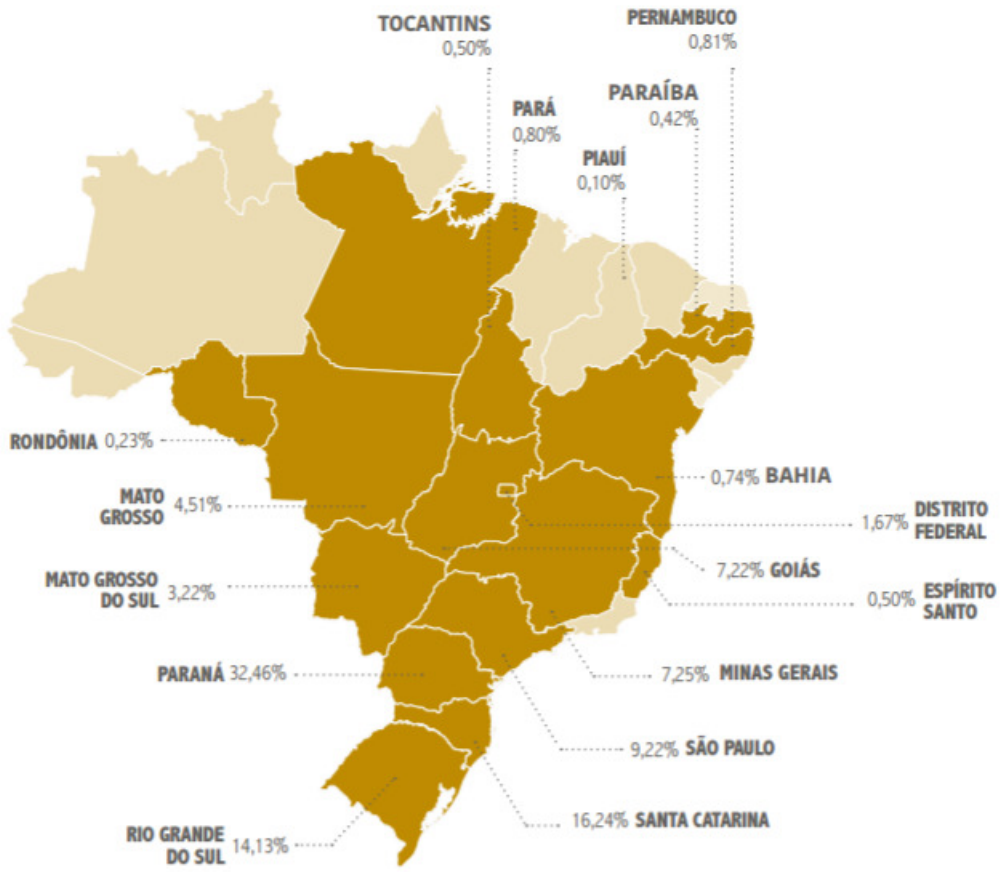
De acordo com os dados do Quadro 05 – principais países importadores da carne de frango de 2010 a 2015 - é notado um aumento considerável das importações realizadas pelo Japão, devido a cultura e costumes da população.

Outro destaque também é a Arábia Saudita onde o aumento das importações é fruto do processo de estabilização desenvolvido no pós-guerra (USDA, 2016).

2.3.7 Principais estados brasileiros produtores de carne de frango

De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2015 os estados que tiveram maior abate da carne de frango foram: Paraná 32,46%, Santa Catarina 16,24%, Rio Grande do Sul 14,13%, São Paulo 9,22%, Minas Gerais 7,25%, Goiás 7,22%, Mato Grosso 4,51%, Mato Grosso do Sul 3,22%, os demais estados tiveram uma participação pequena se comparada aos que se destacam.

Figura 2 - Abate de frango por estados - 2015



Fonte**:** MAPA (2016).

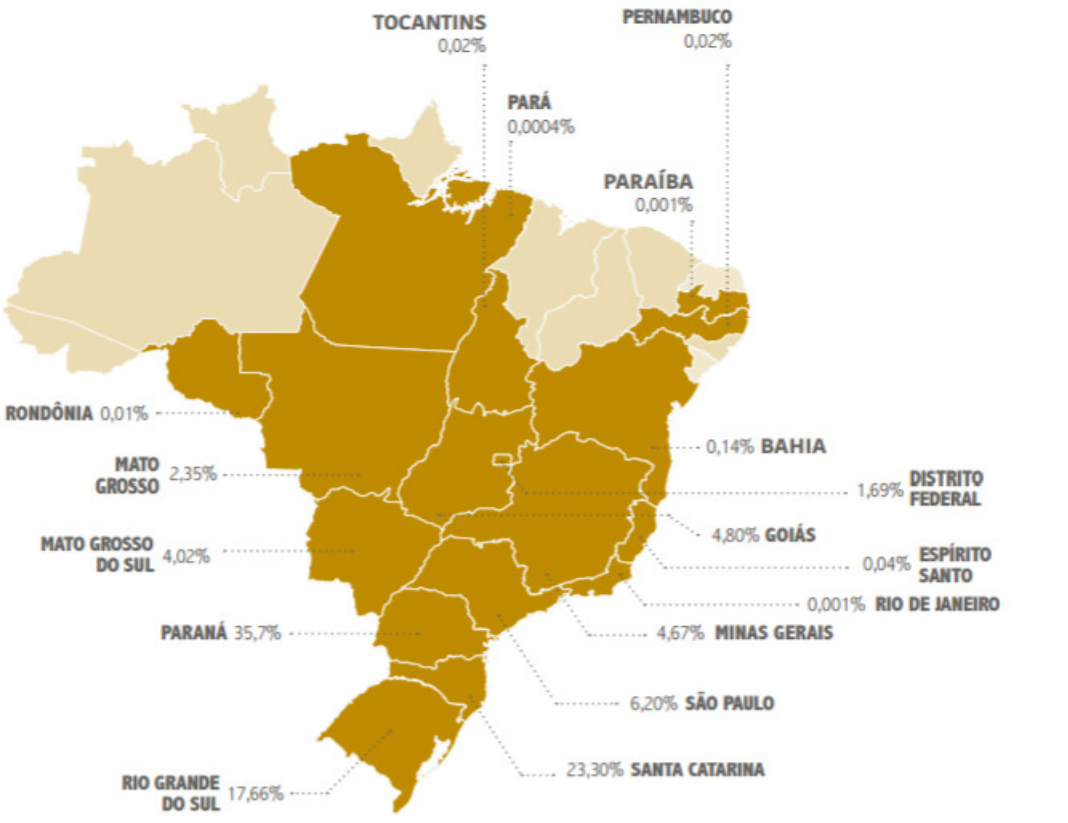
Conforme a Figura 02 – Abate de frango por estados, em 2015 de acordo com a MAPA, é evidenciado a competitividade da região sul, sendo destaque na atividade avícola, somados os dados de abate em 2015 dos estados: Paraná com 32,46%, em seguida o estado de Santa Catarina 16,24% e por fim Rio Grande do Sul com 14,13% da produção, o total corresponde a 62,83% da produção nacional.

2.3.8 Exportações carne de frango por estados

No cenário nacional a região Sul é a maior exportadora de carne de frango, de acordo com a Secex (2015) o estado do Paraná é o maior exportador, sendo responsável por 35,7% do mercado, seguido por Santa Catarina com 23,3% e posteriormente Rio Grande do Sul com 17,66%. Somadas os três estados, a região Sul é responsável por 76,66% de toda exportação nacional.

A segunda região com maior exportação é a região centro oeste, juntos os estados somam-se 12,7 % do volume exportado, por fim a região sudeste com participação de 11,7% das exportações nacionais.

Figura 3 - exportação da carne de frango por estados - 2015

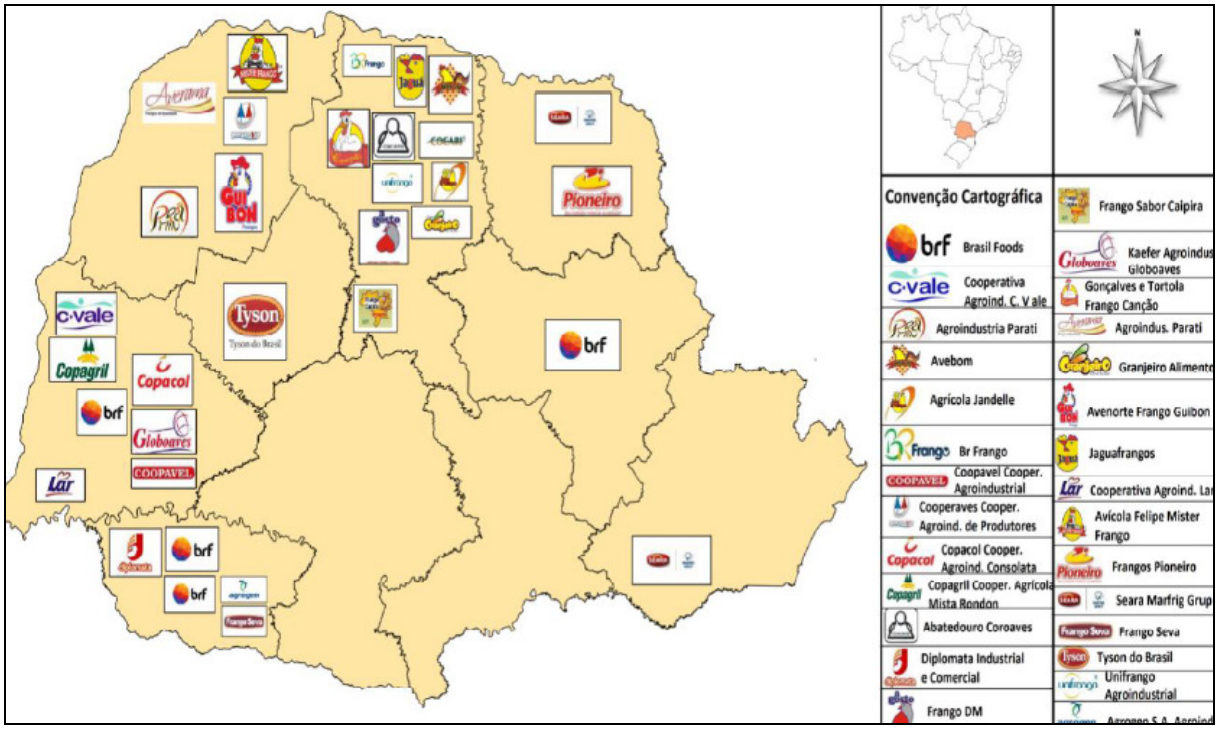


Fonte: SECEX (2015).

2.3.9 Produção e exportação da carne de frango no estado do Paraná

O estado do Paraná é destaque na atividade avícola, no que se refere ao abate e processamento no país, sendo o principal estado brasileiro e lidera também as exportações de carne e de frango. Esse destaque no contexto brasileiro é notado e atribuído a sua estrutura industrial avícola de abate e processamento, com base em uma estrutura cooperativa bastante consolidada no estado, com destaque para a região oeste do estado. O estado do Paraná desde o ano de 2003 se destaca como o maior produtor de carne de frango do país, sendo responsável pela produção 35 % do total produzido em 2015 (ABPA, 2016).

Figura 4 - Agroindústrias do estado do Paraná



Fonte: CIELO (2015, p.70).

Conforme a figura 05 – Agroindústrias no estado do Paraná - estão localizadas agroindústrias que são destaques no abate, processamento e exportação da carne de frango, ao todo são 42 agroindústrias no estado, sendo a maior parte concentradas nas regiões Oeste e Norte.

2.3.9.1 A avicultura na região oeste do Paraná

A atividade avícola no oeste Paranaense iniciou-se nas décadas de 1960 a 1970 com a fundação de cooperativas agrícolas, sendo elas: Sadia S/A, instalada no município de Toledo, foi a primeira unidade industrial de abate de frangos da região, em seguida vieram as demais: Copacol no município de Cafelândia, Coopavel em Cascavel, Lar em Medianeira, C.Vale em Palotina e por fim a Copagril no município de Marechal Cândido do Rondon. Estas cooperativas supriram as necessidades de infra-estrutura e assistência técnica para a modernização das culturas de soja, trigo e milho. Tais cooperativas exerceram influência decisiva para que a referida região se tornasse uma grande produtora de grãos. (CIELO, 2015; BELUSSO, 2010).

As agroindústrias de abate e o processamento de aves instaladas na Região Oeste paranaense são responsáveis pelo abate de 32,57% do total de frangos produzidos no Paraná, listadas a seguir:

- Kaefer Agroindustrial – Globoaves (Cascavel);
- BRF- *Brazil Foods* (Toledo);
- Copagril - Cooperativa Agrícola Mista Rondon(Marechal Cândido Rondon);
- C.Vale Cooperativa Agroindustrial (Palotina)
- Copacol – Cooperativa Agroindustrial (Cafelândia)
- Cooperativa Agroindustrial Lar (Matelândia)
- Coopavel Cooperativa Agroindustrial (Cascavel)

Estas agroindústrias presentes no oeste do Paraná se destacam entre as 15 maiores empresas do setor, no âmbito nacional como maiores exportadoras da carne de frango em 2015, a seguir, o Quadro 06 apresenta o ranking das empresas exportadoras de frango.

Quadro 6 - Ranking das empresas exportadoras de frango em 2015

Posição	Empresa
1º	BRF
2º	JBS
3º	Aurora Alimentos
4º	Copacol
5º	C. Vale
6º	Cooperativa Agroindustrial Lar
7º	GT *Foods*
8º	Vibra

9º	Globoaves
10º	Bello Alimentos
11º	Coopavel
12º	Zanchetta Alimentos
13º	Coasul
14º	Agroindustrial irmãos Dalla Costa
15º	Copagril

Fonte: UBABEF (2015), SECEX (2015).

Quadro 7 - Efetivo de Rebanho de frango no estado do Paraná por mesorregião – 2006 a 2015 (cabeças)

Paraná e Mesorregião Geográfica	Ano				
	2006	2008	2010	2012	2015
Paraná	181.499.881	237.876.028	265.520.607	258.129.857	324.034.053
Centro Ocidental Paranaense	2.960.745	4760665	10.483.182	12.283.364	18.241.301
Centro Oriental Paranaense	7.740.819	14.304.556	17.015.697	12.286.402	18.604.269
Centro-Sul Paranaense	2.713.794	2.591.615	2.564.121	3.163.104	3.203.563
Metropolitana de Curitiba	12.794.280	14.204.695	13.971.416	11.477.715	12.765.012
Noroeste Paranaense	20.001.589	26.991.208	30.274.305	34.409.084	44.474.714
Norte Central Paranaense	24.319.997	37.054.678	46.595.953	46.399.123	56.228.036
Norte Pioneiro Paranaense	6.232.780	9.058.831	16.550.466	18.737.845	22.923.565
Oeste Paranaense	61.361.457	81.490.414	78.059.297	74.758.577	99.831.561
Sudeste Paranaense	2.796.445	3.497.355	3.173.774	3.149.510	3.222.902
Sudoeste Paranaense	40.577.975	43.922.011	46.832.396	41.465.133	44.539.130

Fonte: IBGE, IPARDES (2015).

Conforme o Quadro 07 **-** Efetivo de Rebanho de frango no estado do Paraná por mesorregião, a região Oeste do estado apresenta maior participação, lidera a produção com aproximadamente 30% do volume total, em segundo lugar a região Norte Central com 18%, em terceiro a região Sudoeste com 14%, em quarto lugar a região Noroeste 13%, em quinto lugar a região Norte Pioneiro com 7%.

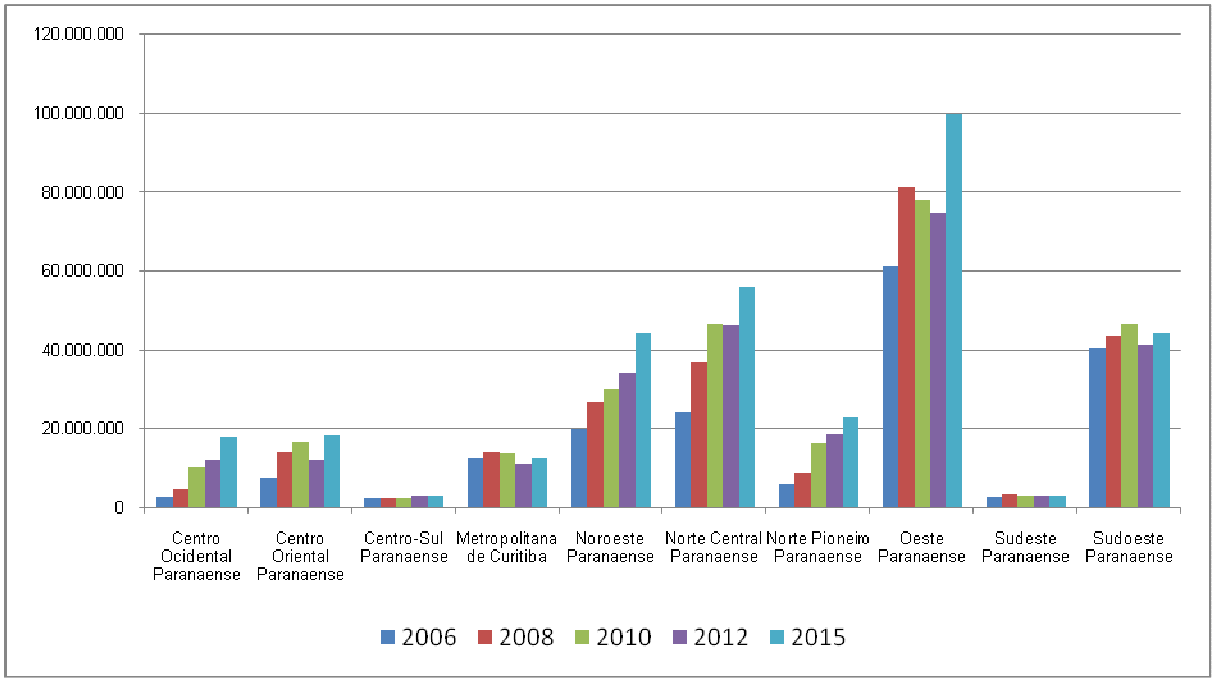
Quanto ao destaque da região Oeste paranaense Cielo (2015, p. 74,75) comenta:

> Tal produtividade é fruto do porte, da capacidade tecnológica e produtiva das agroindustriais da Mesorregião, que, aliada às políticas de fomento da atividade e oferta de matéria prima, transformaram a avicultura em respeitável e significativa atividade econômica.

A região Oeste do Paraná é a mais importante não só do estado, mas também da Região Sul e do Brasil. A importância da indústria avicultura nesta região pode ser verificada pelo significativo aumento do efetivo de rebanho. Pode-se

observar que a avicultura da região Oeste do Paraná se destaca tanto no cenário nacional quanto nos cenários regional e estadual, já que aumentou sua participação em todas as esferas (BELUSSO & HESPANHOL; 2010).

Gráfico 5 - Efetivo de aves por mesorregião - estado do Paraná (2006 a 2015)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE, IPARDES (2016).

Conforme evidenciado no Gráfico 05 – Efetivo de aves por mesorregião e Quadro 07 - o estado do Paraná apresenta maior concentração de efetivos de rebanho de frangos na região Oeste do estado, conforme exposto acima, desde o ano 2000 a região é líder na produção e exportação da carne de frango.

2.4 FORMAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

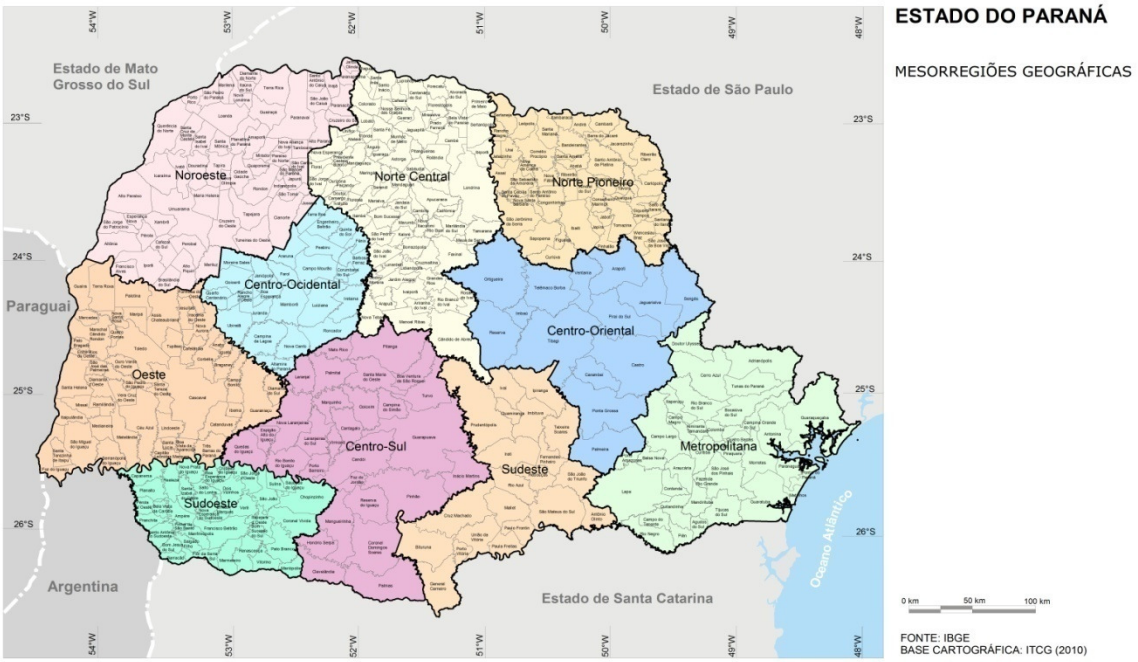
Para entender o que levou a região estudada na pesquisa a se tornar a maior produtora e exportadora de carne de frango, faz-se necessário uma contextualização histórica e econômica da região Oeste do Paraná.

Para contextualizar o processo de ocupação da região Oeste do Paraná, vale abordar primeiramente o processo de migração dos Europeus para a região Sul do País, para então posteriormente entender como ocorreram os povoamentos locais.

2.4.1 Formação da Região Oeste do Paraná

A Região Oeste do Paraná, mesorregião composta por 50 municípios, território compreendido entre as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, possui uma área total de 22.840 km², equivalente a 11,74% da área total do Estado que é de 199.281,70 km² (IBGE, 2016).

Figura 5 - Mapa do Estado do Paraná



Fonte: IBGE (2010).

Segundo alguns historiadores, a sua “descoberta” ocorreu por volta de 1542 quando o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca atravessou a pé parte do atual território de Santa Catarina e Paraná rumo a Assunção (Paraguai). Descrevem ainda que havia a presença de índios Guaranis nas proximidades e nas barrancas dos rios Iguaçu, Piquiri e Paraná.Nesta expedição foram vistas pela primeira vez, pelos europeus, as Cataratas do Iguaçu. Os habitantes criavam porcos, veados, faisões e codornas, além do plantio de mandioca, milho, batata e amendoim. (MYSLIW, 2002).

Em 1853 Zacarias de Góes e Vasconcelos assume a Província do Paraná, inicia então a civilização e aulas de catequeses aos índios, através do Decreto n.º 426 de julho de 1845, imposta pelo governo imperial, comenta Lúcio Tadeu Mota. (MYSLIW, 2002).

Em 1889 é fundada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, a partir de então a região Oeste do Paraná, conhecida também como Alto do Paraná se torna objeto de estudo e investigação. (MYSLIW, 2002).

A ocupação da região Oeste do Paraná ocorreu também em fases: a primeira pelos índios espalhados pelo continente sul americano, principalmente as tribos indígenas Xetá, Kaigang e Guarani. A segunda fase de ocupação deu-se pelos padres jesuítas espanhóis que vieram em missão. A terceira fase, aproximadamente de 1881 a 1930, ocorreu entre Foz do Iguaçu e Guaíra, impulsionado pela exploração da erva-mate e da madeira. Já a quarta fase foi colonizada pelos emigrantes vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, neste período pode-se dizer que de fato ocorreu a colonização, período em que a região iniciou a fase de emancipação e iniciou um processo de desenvolvimento. (WACHOWICZ, 1987).

Segundo Sérgio Odilon Nadalin, o processo de migração está associado ao cotidiano, o ato de migrar é um fenômeno social, histórico, político e econômico, mas profundamente enraizado na procura de riqueza obtida pelo trabalho. (NADALIN, 2001).

Já na década de 1930 o movimento “marcha para o oeste” implementado pelo presidente Getúlio Vergas, incentivou a migração para a região. (NADALIN, 2001). O movimento foi impulsionado pelos meios de comunicação, nesta campanha havia o desejo de movimentação da população para o Oeste, incentivo cultural e educação no Brasil foram o grande lema da campanha, a contribuição da marcha foi para desmistificar a região, denominada no período como o “sertão paranaense” pela ausência de desenvolvimento local. (WACHOWICZ, 1987).

A ausência de meios de comunicação que perdurou até a década de 1940 dificultou o desenvolvimento da região, tornando-se esquecida pela região Leste e Norte do estado, estas já eram integradas economicamente e culturalmente. Aos poucos o abandono da região passou a ser denunciada, chegando à informação a Curitiba e ao Rio de Janeiro, período da República Velha. Em 1924, a região

recebeu a Coluna Prestes, se espantaram com a desnacionalização da fronteira e com as explorações ali vividas, resultando na desarticulação das Obrages, pelo governo paranaense em 1930. (PRIORI, 2012).

O governo atraiu empresas estrangeiras para a exploração de erva-mate e madeira, através do movimento Obrages, os trabalhadores eram contratados como mensalistas vindos do Paraguai e Argentina, chamados de guaranis modernos, apesar da exploração contribuíram para a colonização e expansão da região. Estes trabalhadores se instalavam as margens de rios, formando povoados, chamados de portos. (GREGORY, 2002). Ruy Wachowicz (1987, p. 27) cita que “esta frente extrativa de erva-mate era, pois, de capital argentino, mão de obra paraguaia e matéria prima brasileira”

As críticas quanto as Obrages eram principalmente pela monopolização do comércio, aumento do desmatamento, esgotamento de reservas naturais, além das precárias condições de trabalho (FREITAG, 2001).

Os obrageros eram capitalistas, particularmente argentinos, que exploravam grandes propriedades – as obrages – voltadas ao sistema de exploração da erva-mate e da madeira, existentes em território paraguaio, argentino e brasileiro. Os mensus eram trabalhadores braçais (índios guaranis e paraguaios) pagos por mês (FREITAG, 2001).

Em 1940 deu-se a criação do Território Federal do Iguaçu para em 1946 ser extinto. Nessa década, além do Aeroporto de Foz do Iguaçu, a única ligação com o restante do Estado era uma rodovia não pavimentada que ligava Foz do Iguaçu a Guarapuava. Em 1948 foi criado o Departamento Administrativo do Oeste, coincidindo com a aceleração do processo migratório à região (FREITAG, 2001).

Após esse período iniciou-se de fato a colonização da Região Oeste do Paraná, em duas fases: a primeira através do governo, onde o estado se responsabilizou a realizar o loteamento do território, já a segunda fase foi marcada pelas empresas privadas, através de imobiliárias. (PRIORI, 2012).

Dentre as imobiliárias que atuaram no Oeste do Estado merecem destaque as companhias Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D´Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná. (PRIORI, 2012).

A colonizadora Maripá foi a que mais se destacou, mas houveram outras, fixou sede na cidade de Toledo, comercializou terras em pequenas propriedades, no início focou nas colônias rurais, os compradores das terras eram preferencialmente vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de alemães e italianos. Em 1951 iniciou-se também a colonização da cidade de Marechal Candido Rondon, na época chamada de General Rondon, posteriormente as vilas ao entorno das cidades, que hoje são descritas como distritos e algumas com o passar dos anos emanciparam: Quatro Pontes, Novo Sarandi, Vila Nova, Mercedes, Nova Santa Rosa, Margarida, São Roque. (PRIORI, 2012).

O processo de colonização também foi marcado pelo conflito de terras, da mesma forma que em outras regiões do estado, a disputa por terras travou batalhas entre os que aqui habitavam ditos como colonizadores e por jagunços, posseiros e colonos, muitas vezes utilizava-se violência física para decidir o impasse. (PRIORI, 2012).

De acordo com os dados do IPARDES (2008):

> Entre os anos 1950/1970, a população total do Oeste paranaense passa de pouco mais de 16.000 para mais de 760.000 habitantes, num crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense. Nos dez anos seguintes, 1970/1980, esse crescimento se desacelera e o espaço apresenta uma taxa de crescimento populacional de pouco mais de 2% ao ano, o que, em termos absolutos, representa um incremento em torno de 200 mil novos habitantes. Porém, com o início das obras de Itaipu (1973/1974), o município de Foz do Iguaçu salta de 33.966 habitantes, em 1970, para 136.321, em 1980. Isso significa que 50% do acréscimo populacional registrado na região deu-se apenas em um município. Foz do Iguaçu concentrava na época todo o canteiro de obras da binacional, alojando em seu perímetro a massa de operários, ditos “barrageiros”, que para lá foram em busca de trabalho, e com eles algum tipo de agregado. Mais uma vez, o 3º espaço vivencia o impacto de uma ocupação humana veloz e densa, fato que irá redefinir, ainda que num espaço mais restrito do seu território, uma nova grandeza de tempo – expressa na celeridade dos eventos – nas relações sociais, culturais e econômicas até então existentes.

Outro relato que descreve a região de Foz do Iguaçu é da ITAIPU (2008):

> A região começa a transformar-se num “formigueiro” humano. Entre 1975 e 1978, mais de 9 mil moradias foram construídas nas duas margens para abrigar os homens que atuam na obra. Até um hospital é construído para atender os trabalhadores. À época, Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes; em dez anos, a população passa para 101.447 habitantes.

Decorrente a rapidez da ocupação, a região passa a incorporar novas exigências tecnológicas, inicia-se um movimento de distribuição populacional do território, principalmente nas cidades ao entorno (IPARDES, 2011).

Devido à integração e dinamização do Oeste do Paraná, novos capitais ingressaram a região e grandes propriedades se formaram, especialmente em áreas ainda não ocupadas, proliferação de municípios e expansão agrícola. (FIORENTIN, BRAUN & SILVA, 2002).

As décadas de 1970 e 1990 foram marcadas principalmente pelo processo de urbanização da região Oeste, foram criadas várias cidades, entre 1979 e 1982, nove municípios: Cafelândia, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste, Jesuítas, Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida, Missal, Braganey e Santa Terezinha de Itaipu. Entre 1989 e 1993 outros 19 municípios são emancipados. Tal aceleração do processo de fragmentação se deve aos novos dispositivos constitucionais, regulamentados por lei estadual em 1993, que remeteram à instância estadual a definição de critérios para desmembramentos municipais. Esses 29 novos municípios apresentam em comum o predomínio da população urbana. (IPARDES, 2008).

Referente ao crescimento e distribuição da população: (IPARDES, 2008).

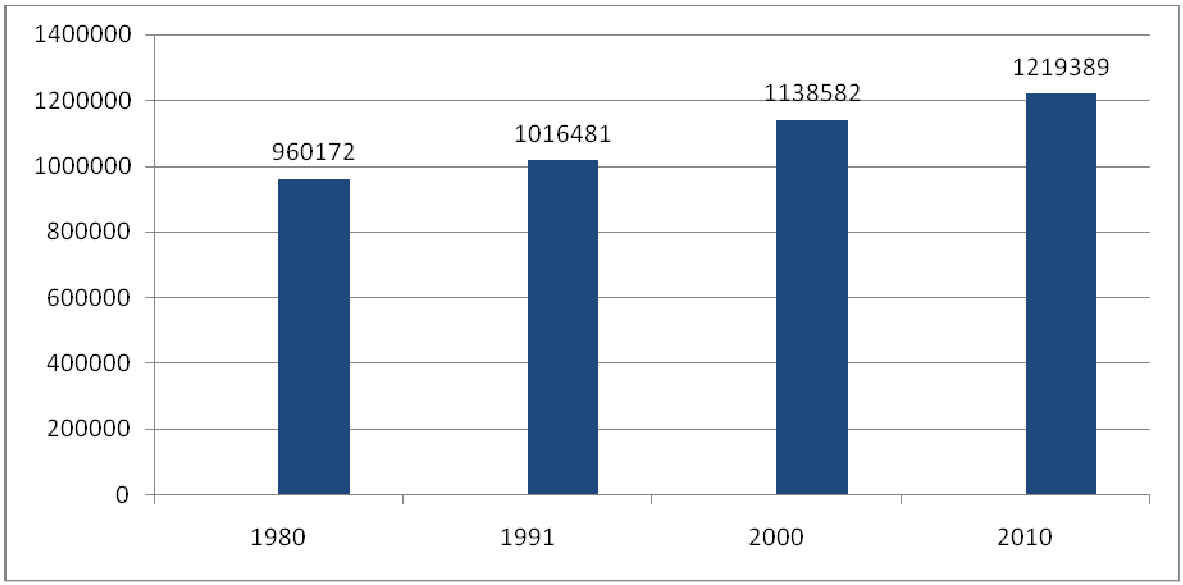
> Entre 2000 e 2007 os municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel confirmam sua hegemonia enquanto área de atração populacional. O primeiro mantém elevado ritmo de crescimento desde os anos de 1980, e o segundo desde os anos de 1990. Toledo, que durante a década passada teve crescimento inexpressivo, voltou a apresentar um ritmo maior, 1,70% a.a.

Além do crescimento demográfico da população da região Oeste, houve também o crescimento do PIB, através da instalação de novas indústrias e comércios, beneficiando de maneira geral a população, trazendo desenvolvimento regional. Outro fator que atraiu investimentos para região foi a qualidade de vida oferecida, sendo uma região que conta com universidades, hospitais, restaurantes, áreas de lazer, fábricas e comércio local comparado a grandes centros (IPARDES, 2011).

2.4.1.1 Aspectos populacionais da região Oeste do Paraná

De acordo com o levantamento do IBGE de 2016, a região Oeste do Paraná é composta por 50 municípios, e uma população estimada de 1.302.065 habitantes. Os municípios mais populosos da região de acordo com o levantamento do IBGE são: Cascavel com 316.226, seguido por Foz do Iguaçu com 256.088 e Toledo com 133.824, (população estimada em 2016) somados representam 54,26% da população da região Oeste. A seguir no gráfico abaixo a evolução populacional da região Oeste:

Gráfico 6- Evolução populacional da região Oeste do Paraná, 1980 a 2010



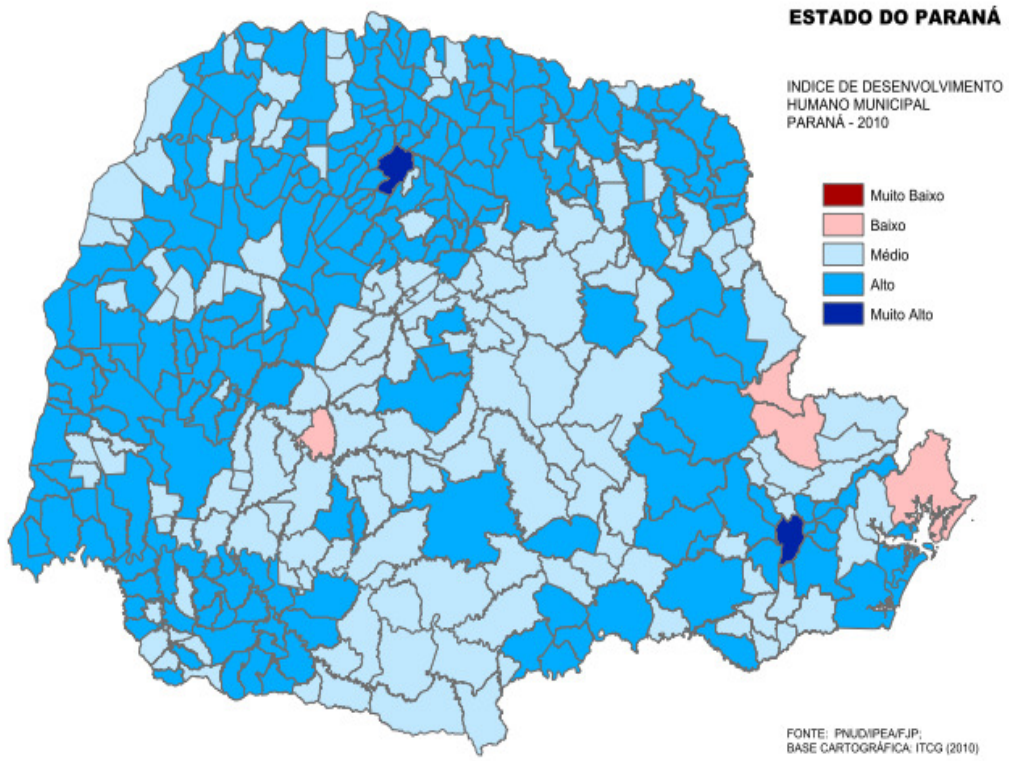
Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados do IPARDES (2011) e do Levantamento de Dados IBGE (2010)

A população da região Oeste Paranaense apresentou no ano de 2010, crescimento de 7,09 % desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da Mesorregião Oeste alcançou 1.219.389 habitantes, o equivalente a 11,64% da população do Estado.

2.4.1.2 Aspectos sociais da região oeste do Paraná

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano do estado do Paraná foi0,749. Segundo a classificação do PNUD, o estado está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano. O mapa a seguir apresenta a condição do IDH-M dos municípios segundo o panorama estadual.

Figura 6 - Índice de Desenvolvimento Humano – estado do Paraná - 2010



Fonte: IPARDES (2011) – PNUD/IPEA

Através da Figura 06 – Índice de desenvolvimento humano do estado do Paraná – 2010, nota-se que a região oeste do estado é composta na sua maioria por municípios onde apresentam o IDH médio e alto, não há registro de município com IDH baixo ou muito baixo na região.

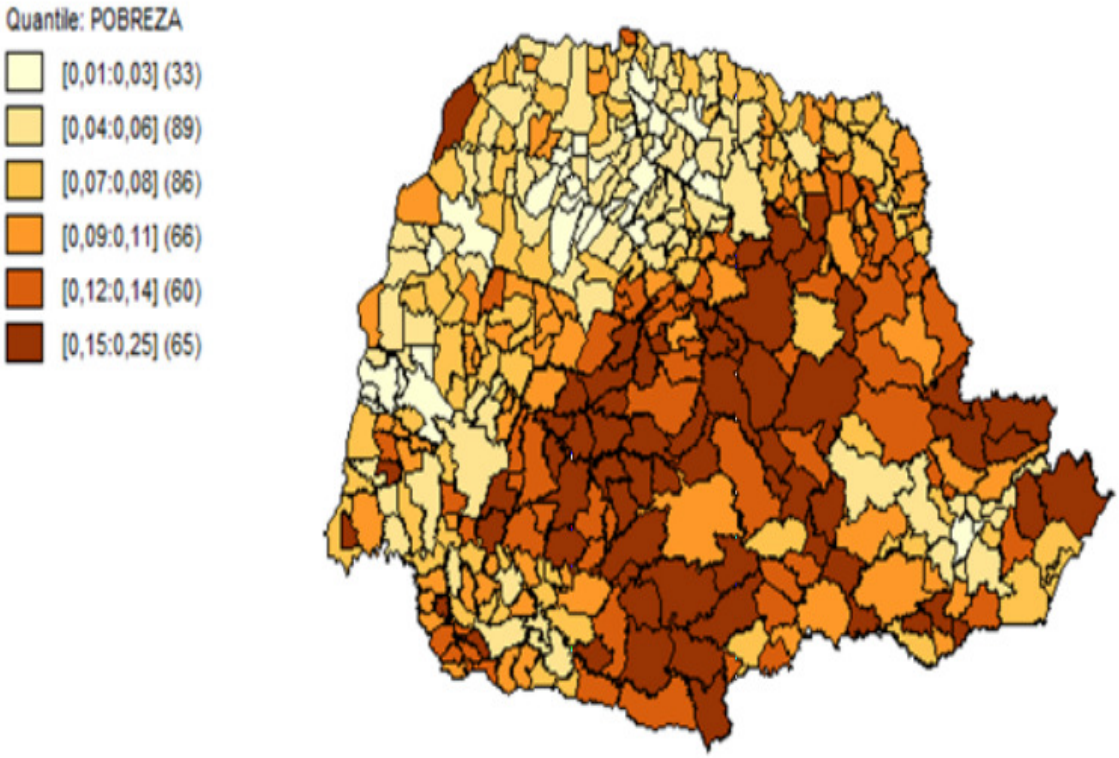
Em novembro de 2010, a ONU, utilizando os novos critérios de cálculo, divulgou uma lista de IDH do país. Sendo assim no ranking nacional o estado do Paraná apresentou um IDH de 0,820 ficando em 6º lugar, atrás dos respectivos

estados: Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Observa-se também que no mapa ilustrado pela figura 06, que não há municípios no estado com IDH considerado muito baixo.

2.4.1.2 Incidência de Pobreza do Paraná

Figura 7 - Mapa das famílias pobres – Paraná – 2010



Fonte: IPARDES/ IBGE, 2010

Conforme a Figura 07 – Mapa das famílias pobres – estado do Paraná – 2010, é observado que há uma maior concentração de pobreza nos municípios da região central e centro/sul do estado, já na região Oeste, Norte e metropolitana há uma maior incidência de municípios com baixo contingente de pobres, como demonstrado.

2.4.1.3Taxa de mortalidade infantil

De acordo com os dados do IBGE/IPARDES (2015) a taxa de mortalidade infantil do estado do Paraná é de 10,92 para cada mil nascidos vivos, enquanto que na região Oeste do estado é de 11,85.

2.4.1.4Esperança de vida ao nascer

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2000, a expectativa de vida para os Paranaenses é de 74,94 anos de idade.

Já a taxa de envelhecimento é de 7,55% para o estado e 7,14% para a região Oeste, o índice de idosos registrado é de 31,03 para o oeste paranaense e 32,98 para o estado (IBGE/IPARDES, 2010).

2.4.1.5 Aspectos econômicos da região Oeste do Paraná

A economia paranaense de acordo com o IPARDES (2016) apresentou um Produto Interno Bruto PIB em 2015 de 376.095 mi, enquanto o PIB do Brasil foi de 5.904.331. Os dados do IPARDES revelam, ainda, que economia do Paraná registrou retração de 2,8% no acumulado do último ano, nessa comparação, o PIB brasileiro registrou contração de 3,8%. A agropecuária foi, mais uma vez, o setor que impediu que o PIB tivesse um tombo ainda maior no trimestre. No acumulado de 2015, a agropecuária registra crescimento de 1,3%, contra um recuo de 1% no Brasil. O Paraná vem aumentando seu peso econômico no Brasil. O Estado assumiu o posto de quarta maior economia do País, segundo dados do IBGE, respondendo por 6,3% de todas as riquezas geradas no País em 2015, atrás apenas de São Paulo (32,1%), Rio de Janeiro (11,8%), Minas Gerais (9,2%). O Rio Grande do Sul ficou com 6,2%.

Com relação ao Valor Adicionado Bruto – VAB, o setor agropecuário do Oeste paranaense apresentou em 2013, o montante de R$ 5.407.184,00, correspondendo

ao percentual de 18% do total do estado, este encerrou o ano com R$ 29.926.172,00. (IBGE, IPARDES 2016).

Segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, em 2015, o Valor adicionado fiscal - VAF do estado do Paraná atingiu a cifra de R$ 254.029.322.845, enquanto a região Oeste alcançou R$ 36.141.724.029, correspondendo a 14,22% do valor do estado (IBGE, IPARDES 2016).

Com relação ao cenário empresarial, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego referentes ao ano de 2015, o estado do Paraná possuía um total de 314.993 empresas formalmente estabelecidas, o Oeste paranaense 40.548 estabelecimentos. Estas empresas, tomando como referência o mês de dezembro de 2015, foram responsáveis por 3.113.204 empregos com carteira assinada no estado, enquanto na região Oeste 348.963 empregos formais(IBGE, IPARDES 2016).

3 METODOLOGIA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo será apresentado a metodologia e os procedimentos utilizados na pesquisa. Na primeira parte, a descrição da abordagem metodológica e a da amostra para o estudo.

A pesquisa bibliográfica realiza-se com a utilização dos anuários estatísticos da Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF), da União Brasileira de Avicultura (UBA), consulta às tabelas da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Para responder ao objetivo principal deste trabalho que é analisar a nova Economia Institucional de Integração Avícola no intuito de explicitar a percepção de produtores do Oeste do Paraná, sobre como ocorre à relação entre produtores e as instituições integradoras, o estudo aplicou questionários aos produtores localizados na região estudada.

Através dos questionários busca-se identificar as condições organizacionais, tecnológicas e competitivas dos entrevistados, as relações entre as agroindústrias e os produtores com a proposta de atender os objetivos e responder ao problema indicado no corpo do trabalho.

Neste contexto, serão apresentados os procedimentos metodológicos, o universo e a amostra da pesquisa assim como os critérios para a determinação da amostra e para a coleta e análise dos dados.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na visão de José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

O autor Vieira Pinto (1979, p. 30) define ciência como:

> [...] a investigação metódica, organizada, da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem.

O autor Demo define a pesquisa científica como "[...] a atividade científica pela qual descobrimos a realidade" (DEMO, 1987, p. 23). Para Fred Kerlinger a pesquisa científica “[...] é uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de proposições hipotéticas sobre supostas relações entre fenômenos naturais" (KERLINGER, 1973, p. 11). Ou seja, a pesquisa científica é o instrumento de investigação usado pela Ciência para gerar novos conhecimentos.

Para chegar ao pretendido no trabalho, a investigação ocorrerá através dos questionários aplicados nas regiões indicadas na pesquisa resultado, afim de conhecer e comparar as condições socioeconômicas dos produtores avícolas. Desta forma a pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo, portanto, o objeto central de análise dos dados será os questionários.

Para Gonsalves (2001, p.67):

> A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Entende-se que a pesquisa de campo irá representar a possibilidade de conhecer a situação dos produtores, nenhuma outra ferramenta poderia dar esta percepção para a pesquisa, o interesse é captar dados e informações econômico-financeiras, como por exemplo: tamanho da propriedade, capacidade produtiva, faturamento, se o produtor tem outra atividade além da avicultura, entre outros.

Diante disto, a coleta dos dados que responderão aos objetivos da pesquisa, serão por meio de pesquisa bibliográfica e descritiva. Para Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já publicado, por exemplo, livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet e a pesquisa exploratória visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema, por meio do levantamento bibliográfico (referencial teórico), a entrevista (semi-estruturada) e a análise, assumindo a formatação de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

De acordo com Gil (2010) a pesquisa descritiva descreve as características dos fenômenos e estabelece relações entre as variáveis existentes. Já para Collis e Hussey (2005) a pesquisa descritiva vai além da pesquisa exploratória, que analisa um problema, avalia e descreve as características pertinentes. Desta forma, entende-se que a pesquisa descritiva busca-se a descrição das características de uma população, fenômeno ou experiência; proporciona novas visões sobre uma realidade já conhecida.

Quanto a natureza, este estudo caracteriza-se como pesquisa quantitativa e qualitativa. Para Diehl (2004) a pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança. Já a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

Portanto a pesquisa sendo qualitativa e quantitativa, tendo como base de seu delineamento as questões ou problemas específicos, adota tanto em um quanto em outro a utilização de questionários e entrevistas. Os autores Boente; Braga (2004) colocam que não importa a pesquisa sempre haverá antes algum contexto que terá a parte quantitativa,diferindo desta forma de diversos autores;

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Segundo Marconi; Lakatos (1996) e Levin (1985) a população a ser pesquisada ou universo da pesquisa, é definida como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum. Dessa forma, o universo dessa pesquisa são os produtores avícolas localizados no Oeste do Paraná.

3.3.1 Determinação da amostra da pesquisa

Segundo Malhotra (2001), o processo de planejamento amostral constitui de

cinco estágios. A população alvo são os elementos ou objetos que reúnem as informações procuradas pelo pesquisador e sobre as quais devem ser feitas referências.

O elemento é o objeto que possui a informação procurada pelo pesquisador e sobre o qual devem ser feitas inferências.

A unidade amostral é uma unidade básica que contém os elementos da população a ser submetida à amostragem.

O arcabouço amostral é uma representação dos elementos da população-alvo. Compreende uma lista ou conjunto de instruções para identificar a população-alvo.

Fórmula para o cálculo do tamanho da amostra região Oeste do Paraná

N = Número de indivíduos da amostra
$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado
σ = Desvio – padrão população da variável estudada
E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa

$$n = \frac{(Z\alpha/2^{\sigma})^2}{E}$$

$$\frac{(1,96)^2}{0,1} \times 0,25 = 96,4$$

No oeste paranaense são 3950 produtores avícolas vinculados as agroindústrias conforme a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, desta forma a pesquisa abordará os produtores das seguintes cidades e agroindústrias:

Cidades – Agroindústrias:

Toledo – Brazil Foods

Cascavel – Globoaves

Palotina – C. Vale

Marechal Cândido Rondon – Copagril

Matelândia – Lar
Cafelândia – Copacol
Cascavel – Coopavel
Globoaves – Cascavel

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para atender aos objetivos propostos neste estudo foi elaborado um questionário com 26 questões fechadas direcionadas aos produtores avícolas da região Oeste do Paraná.

Realizou-se primeiramente um mapeamento das agroindústrias presentes na região e levantou-se o número de produtores integrados a cada instituição integradora.

Nas questões buscou-se identificar o perfil socioeconômico dos produtores, discutir as relações entre as agroindústrias e seus integrados, investigar a percepção dos produtores em relação à atividade avícola e discorrer como essa atividade contribui no desenvolvimento do oeste paranaense.

Quanto ao número de produtores avícolas localizados na região Oeste do Paraná de acordo com o levantamento de dados da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, através do programa estadual de sanidade avícola, a região tem 3950 produtores cadastrados, dados confirmados em Fevereiro de 2016.

Para este estudo, foram aplicados questionários ao número amostral de 98 produtores avícolas, que correspondem ao total da amostra, todos os produtores entrevistados concordaram em responder a pesquisa. A coleta de dados ocorreu de março a junho de 2016 e foram distribuídos em diversas cidades e distritos, proporcionalmente ao número de produtores integrados com as agroindústrias da região. Desta forma, a distribuição ocorreu da seguinte maneira:

Quadro 8 - Número de produtores avícolas por integradora no Oeste do Paraná

Agroindústrias	Nº total de produtores da agroindústria	Amostra
Copacol	890	22

Brazil Foods (BRF)	323	8
C. Vale	448	11
Coopavel	350	9
Cooperativa Lar	528	13
Copagril	230	6
Globoaves	222	5
*Outras	959	24

Fonte**:** Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados da ADAPAR (2016).

A distribuição ocorreu de forma proporcional ao número de produtores vinculados a cada agroindústria, para que os entrevistados tivessem amostra de proporção igual.

A quantidade total de produtores de cada agroindústria foi obtida através de contato via e-mail e por telefone com os respectivos responsáveis pela atividade avícola, no período de Janeiro a Fevereiro de 2016.

O termo outras foi utilizado para as agroindústrias localizadas próximas a região Oeste e que oferecerem parcerias com os produtores da região, abaixo o nome destas integradoras e a cidade as quais estão localizadas.

- Averama Indústria e Comércio de Alimentos – Umuarama
- Cooperativa Central Aurora - Mandaguari
- JBS – Maringá
- Frango Bello – Itaquiraí MS
- Canção GTFoods - Maringá

A coleta de dados foi realizada nos municípios: Toledo, Cascavel, Medianeira, Matelândia, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Assis Chateubriand, Palotina, Tupãssi, Pato Bragado, Ouro Verde do Oeste, Cafelândia, Corbélia, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes.

E os distritos: Vila Nova, Cerro da Lola, Dez de Maio, Sede Alvorada, Xaxim, Concórdia do Oeste, Nova Concórdia.

Discutir as relações entre as agroindústrias e seus produtores integrados também foi um dado abordado nos questionários, através de perguntas fechadas onde o produtor pode escolher a alternativa que melhor o representasse. Outro fator

que buscou-se observar no estudo foi analisar a percepção dos produtores em relação a atividade avícola, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI).

Abaixo seguem questões da pesquisa para análise e vinculação com o aporte teórico.

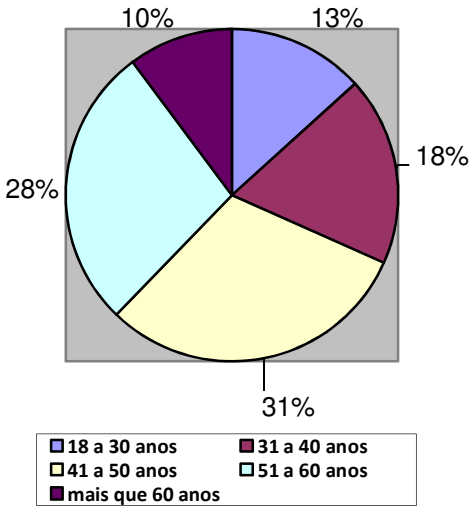
No primeiro quadro as questões objetivaram identificar o perfil socioeconômico dos produtores integrados nos municípios investigados, a fim de conhecer a realidade dos produtores e as condições os quais eles vivem.

Quadro 9 - Questões sobre a caracterização da atividade avícola

Objetivo	**Tipo de análise**	**Variáveis**	**Fonte (Questões)**
Identificar o perfil socioeconômico dos produtores avícolas investigados.	Caracterização da atividade avícola.	- Idade do produtor responsável; - Escolaridade; - Atividade herdada ou não? - Atividade com mão de obra familiar ou contratada; - Identificar a criação de outros animais; - Outra atividade familiar na propriedade; - Tamanho da propriedade; - Quantidade de aviários na propriedade; - Metragem dos aviários; - Capacidade de alojamento; com a integradora; - Distância até a integradora; - Qual integradora?	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 25 e 26

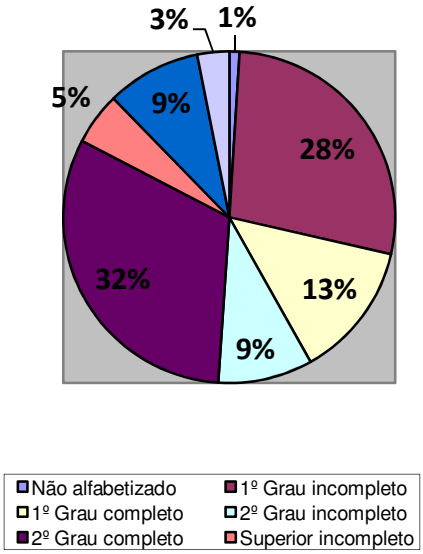
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Gráfico 7 - Idade do produtor



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 8 - Escolaridade do produtor



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme pode ser observado no Gráfico 07 – a faixa etária predominante entre os proprietários dos aviários pesquisados é de 41 a 50 anos de idade o que corresponde a 31% do total, em seguida a faixa etária de 51 a 60 anos de idade com 28% e as demais distribuídas entre as opções. Notou-se que 13% dos entrevistados responderam possuir idade entre 18 e 30 anos, nesses casos conforme relatado pelos entrevistados há uma sucessão familiar presente nas propriedades onde os filhos e/ou netos assumem a gestão do aviário.

Em relação à sucessão familiar, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o êxodo rural caiu 10% em relação à década anterior. Mesmo com esta diminuição significativa, de 2000 para 2010, foram mais de dois milhões de pessoas deixando os campos em busca de novas oportunidades nas áreas urbanas.

Estudos do Sebrae sobre negócios familiares tanto nos campos quanto nas cidades também deixa a desejar para quem está visando a sucessão familiar. O material aponta que apenas 1/3 dos negócios chegam à segunda geração, e, uma porcentagem mínima de 5%, chega à terceira (SEBRAE, 2016).

Os estudos sobre os jovens rurais baseiam-se principalmente nas evidencias da continuidade da sua migração para o meio urbano, na tentativa de explicar os motivos para este fenômeno. Estes estudos investigam porque a sobrevivência das

unidades de produção familiar estaria relacionada diretamente a permanência dos jovens no campo, para dar continuidade às atividades agropecuárias da família (CAMPOLIM, 2005).

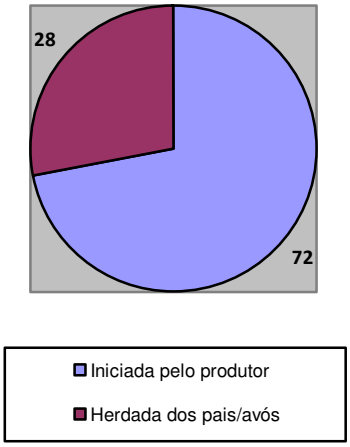
Vale observar ainda que 10% dos produtores possuem idade superior a 60 anos, mesmo na situação de aposentados continuam exercendo suas atividades, muitos alegam que o valor recebido como aposentadoria não é o suficiente para se manterem e a continuidade da atividade agrega valor a renda da família.

O gráfico 07 também revela que a atividade pode ter uma defasagem nos próximos anos, já que o percentual de filhos e netos que dão continuidade a atividade é pequeno em relação ao total estudado, é uma preocupação constante dos produtores entrevistados e a atividade pode sofrer com este gargalo.

Conforme o Gráfico 08 - O grau de instrução (escolaridade) do responsável pela propriedade, a maioria dos entrevistados responderam ter o 2º grau completo com 31% das respostas, em segundo lugar 1º grau incompleto com 27% das respostas. A maioria dos entrevistados possuem escolaridade até o segundo grau, somados representam 82% do total dos respondentes, já os entrevistados que possuem maior escolaridade apresentam uma correlação com a pergunta anterior pois são os herdeiros da atividade que tem assumido as responsabilidades da propriedade, alguns jovens relataram durante a entrevista que se deslocam até as cidades próximas para estudar e após a conclusão dos estudos retornam para a propriedade, muitos destes concluíram a graduação em cursos relacionados a atividade rural para agregar conhecimento técnico e prosseguir com a atividade familiar.

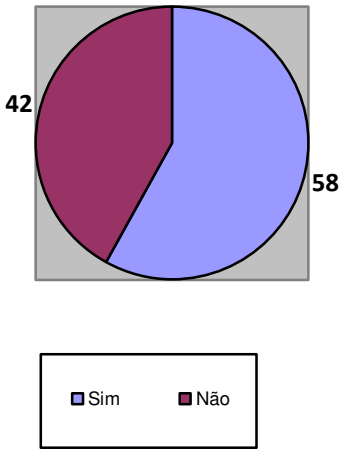
De acordo com o IBGE (2015) o número de pessoas da zona rural com mais de 12 anos de estudo triplicou em apenas uma década. Desta maneira conseguem continuar no campo e vislumbrar rendimentos melhores colocando em prática o conhecimento acadêmico.

Gráfico 9 - Início da atividade avícola na propriedade



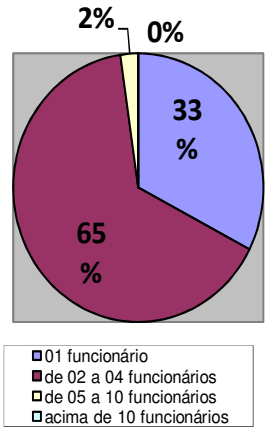
Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 10 – A propriedade dispõe de mão de obra terceirizada?



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 11 - Número de funcionários



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme observado no Gráfico 09 - A atividade avícola foi iniciada pelo atual produtor ou se houve uma sucessão familiar. A maioria dos entrevistados iniciou a atividade, correspondendo a 72% das respostas.

Ao relatarem como iniciaram a atividade os respondentes contaram como foi o processo de imigração para esta região, a maior parte deles vieram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lá exerciam atividade rural de plantio e colheita de grãos e após a mudança para a região Oeste do Paraná tiveram a oportunidade de atuarem como produtores avícolas, era o início da atividade, por volta de 1970 impulsionada pelas Agroindústrias da região (Sadia, Coopavel) e precisavam de produtores dispostos a fazer parte deste processo (CIELO, 2015; BELUSSO,2010).

Em consonância ao Gráfico 10 - A maioria dos produtores responderam que não contam com mão de obra terceirizada, 58% dos entrevistados realizam a atividade apenas com a mão de obra familiar. Alguns produtores relataram como é a rotina de trabalho deles e a disponibilidade o qual dispensam para que o trabalho seja realizado, a criação de frangos é uma atividade diária, pois há a alimentação e ração dos animais, o cuidado com a temperatura ambiente, o manejo, além da limpeza do local.

Quanto ao período que o produtor dispõe com a atividade avícola, os produtores relataram que o turno o qual mais se dedicam ao trabalho é no período matutino, onde ocorre a distribuição da ração e água, a limpeza do galpão e a verificação/conferência da saúde dos animais, se estão alojados de forma adequada.

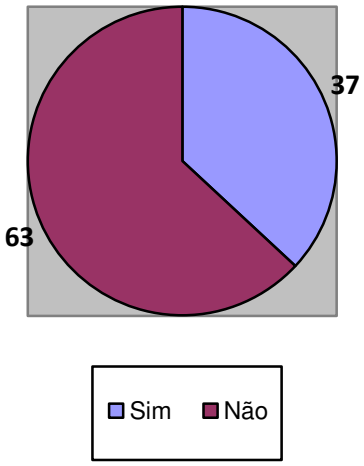
Esse fato corrobora a discussão de Wiliamson (1985) sobre a especificidade dos ativos humanos: experiência profissional e o conhecimento específico a cerca da atividade, sendo que o mesmo ocorre na avicultura onde o trabalho se torna específico uma vez que é característico da atividade e exige dedicação.

Quando perguntados se havia na propriedade mão de obra contratada, 41,2% dos entrevistados responderam que sim. Destes que contam com a mão de obra terceirizada quanto ao número de funcionários existentes na propriedade 32% contam com 01 funcionário e 65% tem de 2 a 4 funcionários e apenas 2% responderam ter de 5 a 10 funcionários, conforme o Gráfico 11.

Notou-se através da pesquisa que as propriedades com número maior de aviários apresentaram mão de obra terceirizada, ou seja, além da mão de obra familiar, é necessário contratar mais trabalhadores para desempenhar as tarefas dos aviários.

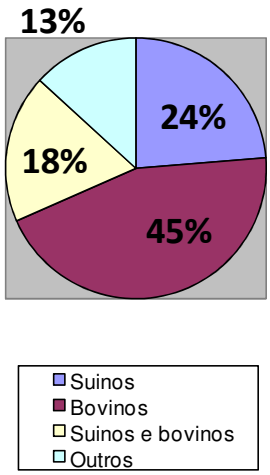
Apenas duas propriedades dispunham de atividade totalmente terceirizada, os chamados “caseiros” a família que mora na propriedade e é responsável pela execução das atividades, como forma de remuneração, segundo os entrevistados o proprietário repassa cerca de 15 a 20% do lucro obtido por lote.

Gráfico 12 - Criação de outros animais



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 13 - Tipos de animais criados.



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme o Gráfico 12 - A criação de outros animais na propriedade, 37% dos entrevistados respondeu que sim e 63% que não possuem a criação de outros animais como atividade comercial.

Observa-se que a criação de outros animais aqui questionado na entrevista não se refere a animais de consumo próprio, pois a maioria das agroindústrias proíbe os produtores de realizar a criação de outros animais para evitar a contaminação, salvo se estes animais forem destinados a comercialização integrada, como o caso do frango.

Uma característica de algumas propriedades foi a criação de frangos e suínos em parceria com a mesma integradora, segundo os produtores esta situação é comum e torna-se “facilitada” pelo fornecimento dos insumos, visitas técnicas e acompanhamento por parte da agroindústria.

Os outros produtores que criam outros animais que não são comercializados junto às agroindústrias, necessitam de laudo técnico da integradora a fim de regularizar a atividade e evitar possíveis contaminações e infecções sanitárias.

De acordo com o Gráfico 13 - os tipos de animais criados na propriedade e 45% dos entrevistados responderam que realizam a atividade bovina, 24% a

atividade suína, 18% ambos (tanto atividade bovina quanto a suína) e 13% dos entrevistados realizam a criação de outros animais não citados anteriormente.

Como exposto anteriormente e lembrando várias vezes pelos produtores: “vale ressaltar que a criação de outros animais na propriedade exige um cuidado importante quanto a sanidade e o cuidado, segundo relato dos produtores avícolas, os técnicos que representam as agroindústrias parceiras dos produtores realizam constantes visitas para averiguar as estruturas e o cuidado com os animais e se está de acordo com as exigências estabelecidas por eles.”

Gráfico 14 - Outra atividade na propriedade

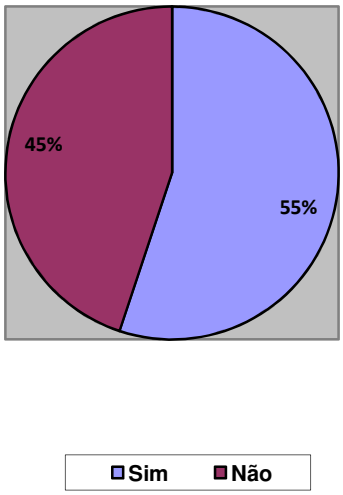
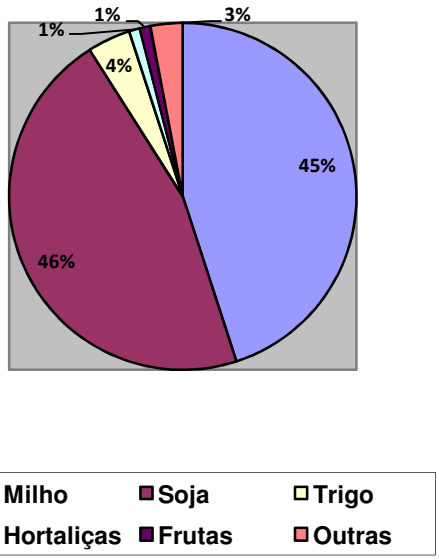


Gráfico 15 - Atividades na propriedade



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme observado nos Gráficos 14 e 15 - na atividade existem outras atividades além da criação de animais, 55% dos entrevistados responderam que sim e 45% que não.

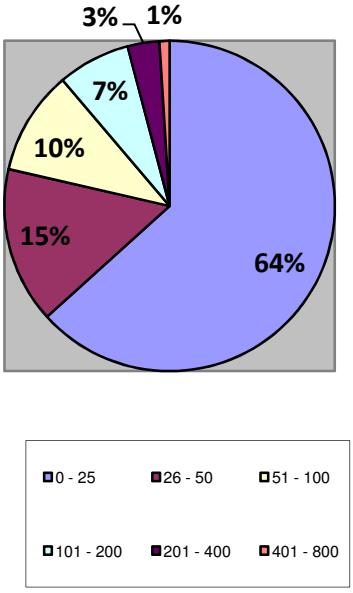
Dos que realizam outra atividade foi questionado sobre o plantio e a maioria dos entrevistados realizam o cultivo de milho, correspondendo a 45% e soja com 46% das respostas. Houve também entrevistados que produz trigo, com 4% das respostas, hortaliças 1%, frutas 1% e outras atividades com 3% do total.

A policultura é muito presente na região Oeste do Paraná como abordado anteriormente na revisão da literatura, as propriedades em sua maioria não são

grandes em termos de hectares, os produtores então acabam dividindo as atividades entre a criação de animais e o plantio de grãos.

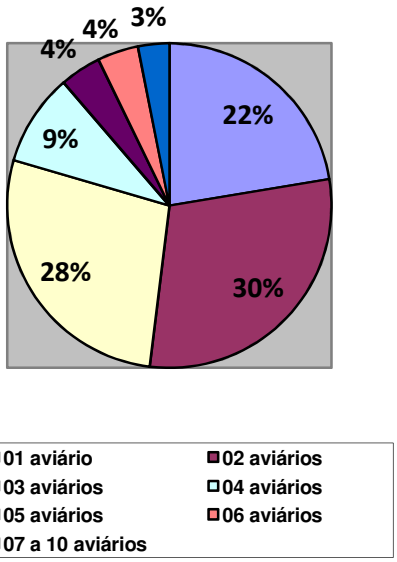
Ocorre também nesses casos que alguns produtores são cooperados e recebem do mesmo movimento pago pelas cooperativas por atividades em questão, segundo relato de alguns produtores, as próprias cooperativas “incentivam” os produtores a plantar oferecendo crédito para subsidiar os custos inicias da lavoura.

Gráfico 16 - Tamanho da propriedade (em hectares)



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 17 - Quantidade de aviários na propriedade



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

O tamanho das propriedades pesquisadas, 64% do total dos entrevistados possuem até 25 hectares, posteriormente 15% apresentam de 26 a 50 h.a., 10% de 51 a 100 h.a. e 11% maior que 101 h.a. (Gráfico 16).

Conforme a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, Art 4º, Parágrafo II – a pequena propriedade é a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, a média propriedade é superior a quatro e inferior a quinze módulos e a grande propriedade superior a 15 quinze módulos fiscais.

De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA – a dimensão dos módulos fiscais rurais são variáveis, depende de cada município e região. No caso da região Oeste do Paraná, a média é de 18 hectares.

Sendo assim, 89% dos entrevistados possuem pequena propriedade, 10% média propriedade e apenas 1% possuem grande propriedade. Pode-se dizer que através desta pesquisa que a maioria dos produtores avícolas da área estudada na região oeste paranaense tem pequenas propriedades rurais.

Conforme o Gráfico 17 - O perfil do produtor do Oeste paranaense é observado pela quantidade de aviários na propriedade, 30% dos entrevistados possuem 02 aviários, 28% possuem 03 aviários, e 22% 01 aviário, apenas 20% dos entrevistados possuem 04 ou mais aviários. Desta forma esta questão confirma que a atividade tem predominância familiar, sendo na sua maioria composta de pequenas propriedades, com pequenos aviários e com limitada capacidade de investimento em tecnologia, criando assim uma distância em relação as agroindústrias, estas por sua vez, tem investido cada vez mais em tecnologia de ponta para a atividade. Alguns produtores relataram essa situação: “não conseguem se modernizar de acordo com as exigências das agroindústrias” ou quando o fazem precisam recorrer a financiamentos.

Para essa estrutura é necessário que o estabelecimento disponha de custos de equipamentos: primeiramente a construção do galpão, adequação da área, depois o aviário necessita de alimentadores, bebedouros, cortinados, sistema de aquecimento, depósito de ração e água, equipamento de ventilação e resfriamento do ambiente, cama de aviário. (Engert, 1998).

Gráfico 18 - Metragem total dos aviários por propriedade

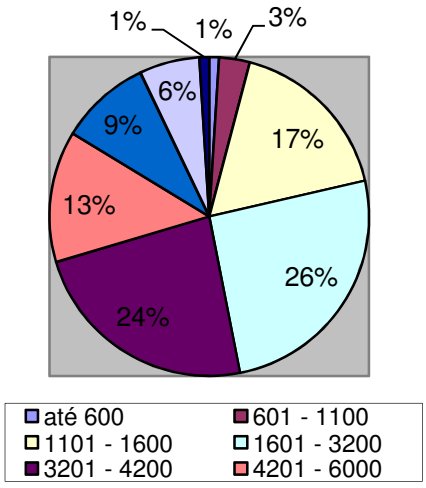
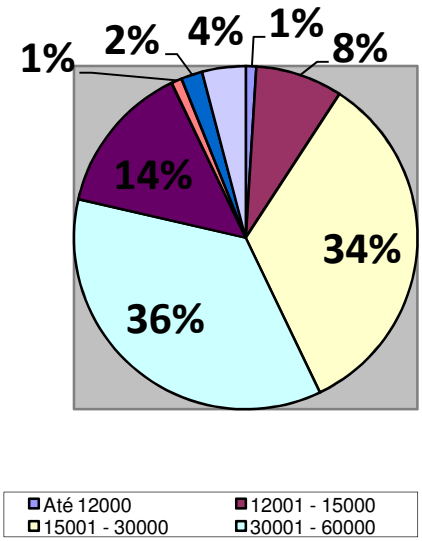


Gráfico 19 - Capacidade de alojamento de aves por lote



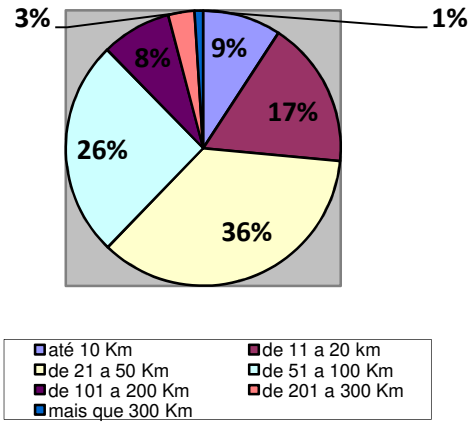
Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

De acordo com o Gráfico 18 - A metragem total dos aviários, a questão aborda em metros quadrados, sendo somados caso tenha mais que um aviário localizado na propriedade. A maior parte dos entrevistados responderam ter como metragem área de 1601 a 3200 m^2, sendo 26% dos respondentes, 24% dos entrevistados possuem área de 3201 a 4200 m^2, em seguida 17% dos entrevistados com área de 1101 a 1600 m^2. Vale ressaltar que a maioria dos aviários possuem metragem de 10m por 120m.

Quanto à capacidade de alojamento total por lote, conforme demonstra o Gráfico 19 - a maioria dos entrevistados 36% responderam ter em sua propriedade a produção de 30001 a 60000 aves por lote. Em seguida 34% dos entrevistados responderam que a capacidade de alojamento por lote é de 15001 a 30000 aves. Após, com 14% das respostas, a capacidade de alojamento em média é de 60001 a 90000 aves por lote. Já 8% dos entrevistados, conseguem alojar 90001 a 120000 aves por lote. Para 4% dos produtores tem capacidade maior que 150001 aves por lote.

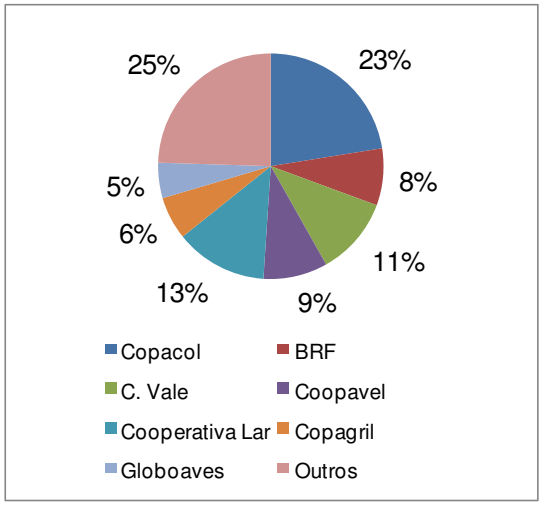
Traçando um perfil da região estudada, cada aviário aloja em média 15000 frangos por lote, conforme as questões anteriores onde perguntava o número de aviários somados, os entrevistados que responderam possuir 02 aviários e 03 aviários totalizam quase 60%. Sendo assim, o produtor que possui 02 ou 03 aviários tem capacidade de alojamento de 30000 a 45000 aves por lote.

Gráfico 20 - Distância entre a propriedade e a integradora (Km)



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 21 - Agroindústrias da região Oeste do Paraná



Fonte: Resultado da pesquisa de campo(2016)

Conforme o Gráfico 20 - A proximidade entre os produtores e as integradoras está presente na região Oeste e confirma o perfil dos produtores. Do total, 36% mantém parceria com as integradoras com distância entre 21 a 50 km, outros 26% estão de 51 a 100 km da integradora, 17% de 11 a 21km. Dos entrevistas, 9% responderam que estão até 10km da agroindústria. Já 8% deles estão de 101 a 200 km de distância. Para 3% a distância é de 201 a 300 km. Apenas 1% dos produtores estão há mais de 300 km de distância, como anteriormente mencionado o fator distância influencia também nos resultados repassados aos produtores e quando os custos são de responsabilidade das agroindústrias.

A pesquisa teve como propósito entrevistar produtores vinculados a todas as integradoras presentes na região Oeste, para tal feito foi necessário criar uma proporção de acordo com o número de produtores cadastrados em cada agroindústria conforme abordado no Gráfico 21. A opção “outras integradoras” localizadas próximas a região Oeste que possuem produtores instalados na região, apresentou 25% das respostas, destas foram citados a JBS da cidade de Maringá, a Averama na cidade de Umuarama, Aurora em Mandaguari, Frango Bello na cidade de Itaquiraí – MS e Canção (GT Foods) cidade de Maringá.

Em seguida a integradora que teve maior número de entrevistados foi a Copacol, localizada na cidade de Cafelândia, que correspondeu a 23% dos entrevistados. Posteriormente, representando 13% dos produtores Cooperativa Lar, da cidade de Medianeira. Logo após 11% dos entrevistados a Cooperativa C.Vale, da cidade de Palotina e região. Em seguida, os produtores da Coopavel localizados em Cascavel e entorno corresponderam a 9% dos entrevistados. Subsequentemente, BR Foods da cidade de Toledo e distritos próximos com 8%. Em seguida, Copagril da cidade de Marechal Cândido Rondon e região com 6%. Por fim, os produtores da Globoaves da cidade de Cascavel e região com 5% dos entrevistados.

Quadro 10 - Estrutura de Governança dos produtores avícolas investigados

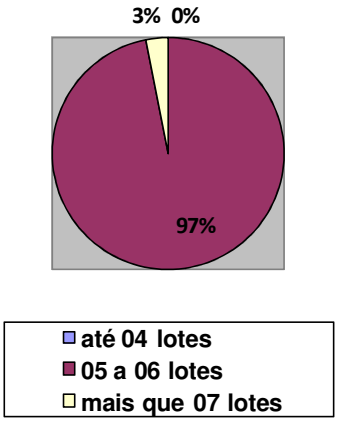
Objetivo	**Tipo de análise**	**Variáveis**	**Fonte (Questões)**
Identificar a estrutura de governança dos produtores avícolas	Frequência	- Lotes produzidos por ano; - Duração dos lotes (em dias);	12 e 13.

investigados.			
Identificar a estrutura de governança dos produtores avícolas investigados	Incerteza	- Fator decisório para escolha da integradora; - Maior preocupação do produtor; - O produtor pretende ou não continuar a parceria	17, 18, 19 e 21
Identificar a estrutura de governança dos produtores avícolas investigados.	Especificidade dos Ativos	- Tamanho da propriedade; - Quantidade de aviários; - Metragem dos aviários; - Capacidade de alojamento; - Valor de conversão; - O produtor bancaria a infra-estrutura?	07, 08, 09, 10, 14 e 23.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

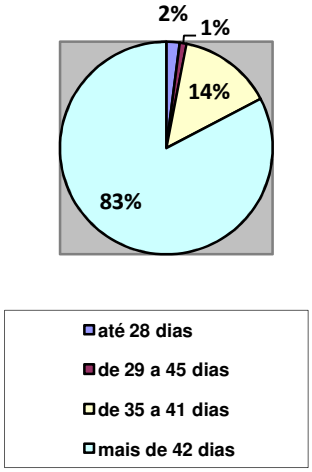
Frequência

Gráfico 22 - Quantidade de lotes por ano



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 23 - Duração dos lotes (em dias)



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme o Gráfico 22 – do total dos entrevistados 97% produzem de 5 a 6 lotes por ano, somente 3% dos entrevistados conseguem produzir mais que 7 lotes no decorrer de um ano. Os produtores relataram durante os questionamentos que a quantidade lotes é “padrão” para a maioria dos produtores, para que possa atender as exigências das agroindústrias é necessário cumprir alguns requisitos como: peso ideal, idade (dias) e para que isto aconteça é necessário que o lote dure em torno de 45 a 50 dias.

Após a entrega do lote para a agroindústria, onde acontece o carregamento e entrega das aves até a agroindústria, o aviário precisa ser limpo, e o período de limpeza ideal é de 15 dias de acordo com os produtores. Somados o período de alojamento para o período de limpeza do ambiente resulta em 60 dias, totalizando de 5 a 6 lotes por ano. Para os produtores que produzem mais que 7 lotes por ano a duração dos lotes diminui para 28 dias em média.

No Gráfico 23 é possível visualizar o período de alojamento por lote, aqui designado nesta questão como “duração do lote” teve em sua maioria com 83% dos entrevistados período acima de 42 dias como alternativa mais respondida. Em seguida 14% dos entrevistados têm em média de 36 a 41 dias o período de alojamento. Somente 3% dos entrevistados alojam suas aves por menos de 35 dias. Este período está estipulado de acordo com o acerto estabelecido junto as agroindústrias, visto que os produtores cumprem as exigências ali estabelecidas.

Em relação a outras atividades, a avicultura tem vantagem quanto ao período de alojamento, a atividade suína por sua vez tem em média 180 dias de duração e o plantio de grãos (safra) em média 160 a 180 dias. Desta forma o retorno é mais rápido.

Incerteza

Gráfico 24 - Fator decisório para firmar parceria com integradora

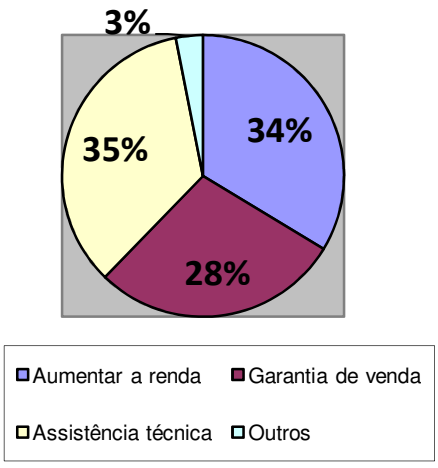
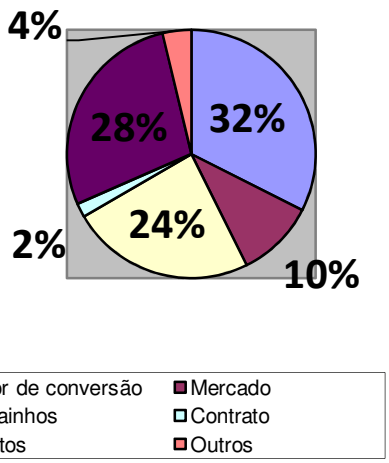


Gráfico 25 - Qual a maior preocupação do produtor



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

No Gráfico 24 pode-se evidenciar que o fator decisório para firmar parceria com a integradora eles complementaram o que já haviam respondido na questão anterior.

Para 35% dos produtores, a assistência técnica junto a ração e os medicamentos fornecidos pelas agroindústrias é o fator mais importante para firmar parceria.

Em seguida, com 34% das respostas, a possibilidade de aumentar a renda impulsionou-os a tomar a decisão e para 28% a garantia de venda junto à integradora é o fator decisório para firmar a parceria.

Por fim, 3% dos entrevistados responderam como outros motivos terem levado-os a optarem pelo sistema de parceria/integração, alguns destes produtores responderam que já eram cooperados pela produção de grãos e viram na avicultura uma possibilidade de associar as atividades na propriedade e aproveitar o espaço físico.

Conforme traz o Gráfico 25 a maior preocupação do produtor na atividade avícola, muitos dos entrevistados quiseram responder mais que uma opção, segundo eles todas as alternativas são preocupações do cotidiano, mas ao colocá-las em ordem de mais importantes para menos importantes, 32% deles responderam que o valor de conversão é o fator mais preocupante, para que o valor de conversão alimentar seja bom (satisfatório).

Em seguida os custos de produção com 28%, dentre os custos de produção o gasto com energia elétrica foi o item mais mencionado entre os entrevistados.

A elevação nos custos de produção se deve principalmente ao alto custo do milho, grão responsável por mais da metade da composição da ração animal.

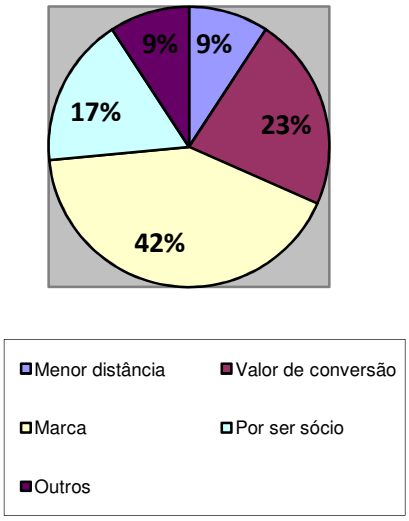
De acordo com a médica veterinária Ariana Weiss Sera do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP (2016) nos preços médios mensais recebidos pelos produtores do estado do Paraná o milho teve valorização de 60,54% e a soja de 8,34% no período e março de 2015 a março de 2016. Este fator fez com que o agricultor optasse por exportar o grão ao invés de atender o mercado interno. Além disso, o avicultor paranaense enfrentou reajustes na tarifa de energia elétrica, no custo da lenha, da mão de obra e da cama aviária. “Na somatória esses itens correspondem a 80% do custo variável (FAEP, 2016).

Com 24% das respostas o cuidado com os pintainhos foi a resposta dos produtores como sendo uma preocupação.

Para 10% o mercado alega ser uma preocupação: nesta resposta cabe citar que muitos dos entrevistados lembraram da crise financeira que o país enfrenta e alguns disseram ainda que conforme reuniões das agroindústrias após a crise de 2008 países da Europa diminuíram os volumes de importação e fez com que as integradores abrissem novos mercados, para que os volumes de exportações não fossem prejudicados.

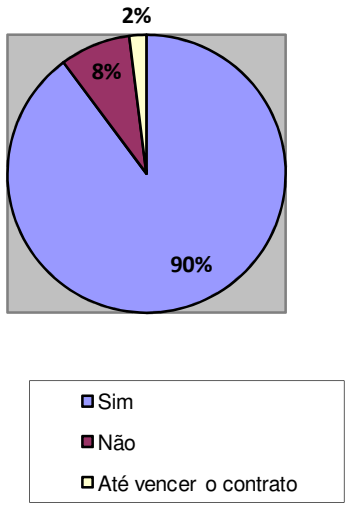
Por fim, 10% dos entrevistados responderam ter outros motivos como maiores preocupações com a atividade.

Gráfico 26 - Fator decisório para firmar parceria com a integradora



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 27 - Continuidade da parceria com a integradora



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

O Gráfico 26 evidencia a decisão de escolher uma integradora entre as opções que os produtores tinham na região Oeste foi uma das questões mais curiosas deste questionário, pois ao pensar num cenário regional onde estão instaladas diversas agroindústrias, qual o fator decisório para o produtor escolher entre as integradoras?

Para 42% dos entrevistados a marca foi o fator decisório para escolher entre as integradoras, conforme descrito no referencial teórico a especificidade da marca é

caracterizada pela importância que o nome da firma ou mesmo de um produto tem no mercado, sendo particularmente relevante para franquias (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

Em seguida 23% dos entrevistados optaram pela integradora que lhe ofertassem o melhor valor de conversão comparado as demais, nesta opção também se encaixa os prazos de recebimentos. De acordo com relatos de alguns produtores, algumas integradoras se distinguem das outras pela maneira como fazem os pagamentos, sendo menor o tempo de repasse que as demais, já outras demoram um período maior para repassar o valor de conversão.

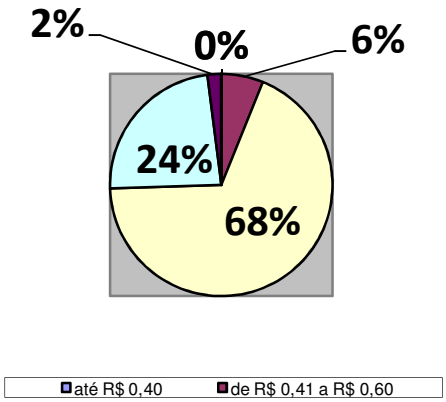
Posteriormente, 17% dos entrevistados tiveram como fator de escolha a integradora a qual são sócios e/ou acionistas, principalmente no sistema cooperativista, onde as relações já ocorrem através de outra atividade, plantio de grãos por exemplo.

Para 9%, a menor distância foi um fator de decisão, ou seja, quanto mais próximo a integradora, melhor. Vale ressaltar que algumas integradoras estabelecem que o custo com transporte é de responsabilidade do produtor, para outras está incluso nos custos agroindustriais, este motivo levou alguns produtores a optarem por essa alternativa. A proximidade geográfica da agroindústria pode reduzir estes custos quando arcados pelo produtor, esta relação é referenciada na especificidade locacional, pois refere-se à posição geográfica do ativo. especificidade locacional, refere-se à posição geográfica do ativo. Por fim, 9% dos entrevistados optaram por outro motivo não citado nas opções oferecidas no questionário.

Conforme o Gráfico 27, onde questiona se o produtor pretende ou não continuar a parceria com a atual integradora, 88% dos entrevistados pretendem continuar a parceria e 8% não pretendem continuar. Para 2% do entrevistados pretendem continuar a parceria somente até vencer o contrato.

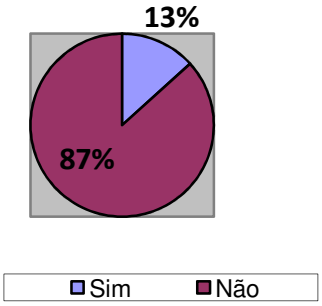
Especificidade dos Ativos

Gráfico 28 - Valor de conversão por unidade (R$)



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 29 - Sem a parceria com a integradora, o produtor teria condições de bancar a infra estrutura e comercializar os produtos



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

De acordo com o Gráfico 28 - O valor de conversão pago pela integradora ao produtor varia de agroindústria, mas em média pertence ao intervalo de valores entre R$ 0,61 a R$ 0,80 por ave, 68% dos produtores recebem este valor. Em seguida 24% dos entrevistados alegam receber de R$ 0,81 a R$ 1,00 por ave. Para 6% dos entrevistados o valor recebido por ave é de R$ 0,41 a R$ 0,60. E para 2% o recebimento é de R$ 1,01 a R$ 1,20 por ave.

Na avicultura a remuneração aqui chamada de conversão está atrelada as boas práticas de manejo, controle de qualidade e mortalidade, se cumpridas o retorno estará de acordo com as exigências da agroindústria.

De acordo com Lusa (2008) o valor pago aos pequenos produtores, chamado de conversão alimentar é calculado a partir do registro do peso inicial do animal quando chega na propriedade, a partir de então é realizado um cálculo do percentual em peso de carne que ele adquiriu até a data do abate, neste cálculo é verificado também o tempo do lote (período de criação, engorda), diminui-se a quantidade de animais mortos e animais com defeitos genéticos.

Assim a atividade também apresenta vantagem comparada a atividade agrícola, pois esta última depende também de fatores climáticos, que estão fora do

controle do produtor, um período de estiagem por exemplo pode afetar significamente o plantio, assim como um período de fortes chuvas.

No Gráfico 29 é abordado se caso se o produtor tivesse condições de bancar a infra-estrutura, a assistência técnica, os medicamentos, os custos e a comercialização, ele optaria por arcar? Diante das respostas é notado a dependência por parte dos produtores em relação as integradoras, 87% dos produtores responderam que não arcariam com o processo de produção e apenas 13% responderam que sim.

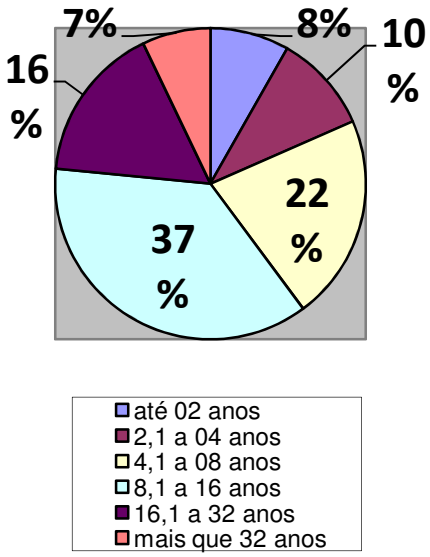
As integradoras na cadeia produtiva avícola coordenam as ações, fornecem os insumos, a assistência técnica, abate dos animais, manipulam a carne (corte) e os produtos, distribuem e comercializam o produto final. Neste sistema de produção integrado, o qual estamos estudando os insumos e a logística são oferecidos pela cooperativa, incluindo os pintos de um dia, rações, medicamentos, transporte dos insumos e dos animais bem a orientação técnica para a produção (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Quadro 11 - Relações contratuais entre os produtores e instituições integradoras

Objetivo	**Tipo de análise**	**Variáveis**	**Fonte (Questões)**
Identificar as relações contratuais que existem entre os Produtores e instituições integradoras avícolas.	Relações contratuais	- Tempo de contrato; - Faturamento por lote; - Dependência da integradora; - Fator decisório para firmar parceria; - Maior preocupação do produtor; - Remuneração; - Financiamento junto a integradora; - Fator decisório para escolha da integradora; - Continuidade da atividade; - Bancar a infra-estrutura; - Informações da integradora;	11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.

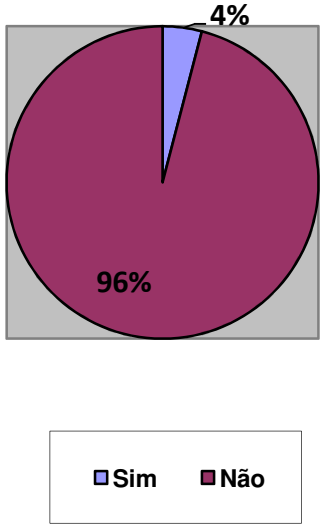
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Gráfico 30 - Tempo de parceria do produtor com a integradora



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 31 - Sem a parceria haveria ou não a atividade



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme o Gráfico 30 - dos produtores entrevistados 100% atuam em parceria com as integradoras, questionados sobre a existência de contrato, a maioria relatou que o sistema de integração, através da parceria é presente na região, deixando de existir o contrato como “antigamente” existia.

Esta parceria/sistema de integração é que permite o cumprimento de ambas as partes da cadeia produtiva, sendo na sua maioria celebrado entre cooperados, característica forte na região estudada.

Para 36% dos entrevistados o tempo de parceria com a integradora é de 8,1 a 16 anos, 21% deles possuem parceria de 4,1 a 8 anos, 16% de 16,1 a 32 anos, 7% mais que 32 anos e 8% até 2 anos de parceria.

O ambiente institucional da avicultura, regido por regras, como defende o autor North (1990) e nestas regras os agentes econômicos envolvidos possuem funções estabelecidas. No caso da atividade avícola como exposto acima, a cadeia produtiva, inicia com os insumos fornecidos pelas cooperativa, posteriormente a criação pelo produtor avícola, e a cooperativa é responsável pelo abate, corte, embalagem e distribuição dos produtos.

A pouca rotatividade é presente na região, e quando identificada é oriunda de outras agroindústrias instaladas nos municípios ou próximos da propriedade pesquisada.

Quanto a dependência do produtor em relação à agroindústria, vale salientar que durante o processo de coleta de dados (de março a junho de 2016) alguns produtores tiveram problemas em relação ao recebimento de ração por parte da agroindústria Globoaves, principalmente pela escassez do milho, esta situação fez que os produtores vinculados a essa integradora fossem disputados por outras agroindústrias da região e até mesmo agroindústrias instaladas próximas da região estudada.

Através do Gráfico 31, a dependência da integradora é notado ao analisar a atividade no Oeste Paranaense, pois para 96% dos entrevistados sem a parceria com a integradora não existiria a atividade. Somente 4% acreditam que haveria a atividade sem a existência da integradora.

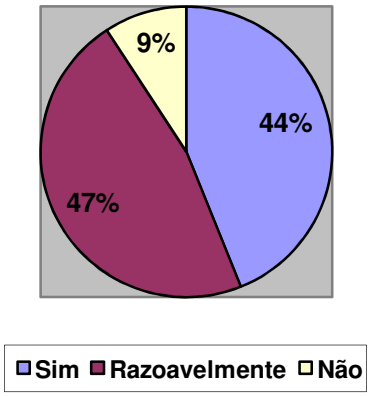
Ao questionar os motivos dessa dependência, foram inúmeros os fatores, mas alguns surgiram com frequência:

- A questão do mercado, comercialização: os produtores forem categóricos em dizer que não conseguiriam disputar mercado com as agroindústrias, pela quantidade, pela falta de conhecimento com os compradores, políticas de mercado e até barreiras de exportação.
- Os animais, pintinhos: quanto a “matéria prima” como alguns chamam, os pintinhos de um dia que chegam aos aviários para que sejam engordados, os produtores não teriam condições de “produzir essa matéria prima”, sendo inviável.
- Medicamentos, vacinas, assistência especializada: Estes fatores foram os mais citados pelos produtores, é também a maior preocupação, sem os medicamentos, vacinas e o suporte técnico fornecido pelas agroindústrias os produtores não conseguiram realizar a atividade.
- Ração: o principal componente da ração do frango é o milho e apesar da região oeste ser grande produtora, houve escassez do grão no período de coleta de dados.

As integrações agroindustriais mais comuns são as coordenadas por uma só empresa, que executa todas as etapas, mantendo vínculos contratuais com os

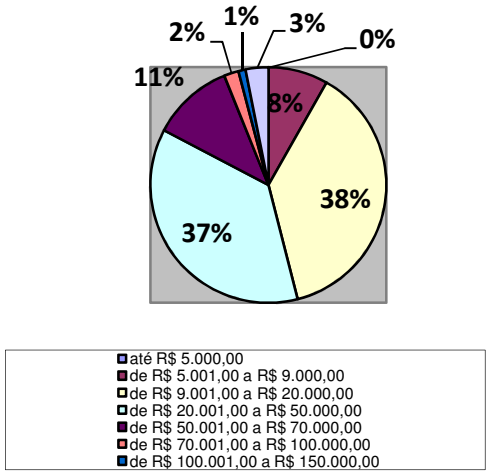
demais participantes, dentre eles os arrendatários e parceiros. As empresas que lideram as atividades podem ser constituídas na forma de sociedade cooperativa, sociedade limitada ou anônima, constando do objeto social autorização para integração na parceria empresarial. (BURANELLO, 2009)

Gráfico 32 - O contrato e a remuneração são os mais adequados?



Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 33 - Faturamento por lote

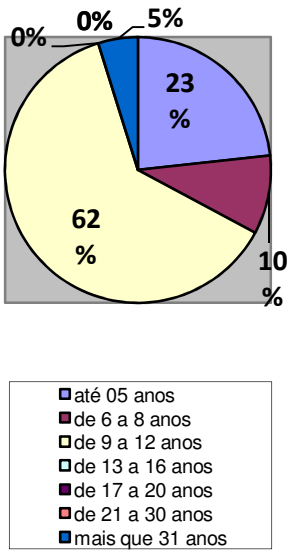


Fonte**:** Resultado da pesquisa de campo (2016).

Através do Gráfico 32 é possível avaliar a remuneração, como citado anteriormente, os produtores recebem das integradoras o valor de conversão após a entrega do lote. A maioria dos entrevistados recebem de R$ 0,61 a R$ 0,80 em média, para estes produtores o valor de conversão “poderia ser melhor” conforme eles relataram nas entrevistas, 46% responderam que o tipo de contrato e a forma de remuneração estão razoavelmente adequados, para 43% sim, estão adequados e 9% não estão satisfeitos com a forma que as integradoras realizam os contratos e remuneram os produtores.

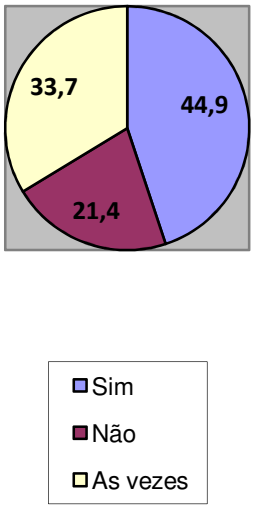
Conforme ilustrado no Gráfico 33 - Após a questão anterior ter abordado o valor de conversão individual, a presente pergunta indaga o faturamento total pago aos produtores. Dos entrevistados, 37% responderam receber de R$ 9.001,00 a R$ 20.000,00 por lote entregue, 36% recebem de R$ 20.001,00 a R$ 50.000,00, 11% de R$ 50.001,00 a R$ 70.000,00, 8% de 5.001,00 a R$ 9.000,00 e apenas 3% mais que R$ 150.000,00 por lote.

Gráfico 34 - Prazo de financiamento junto a integradora



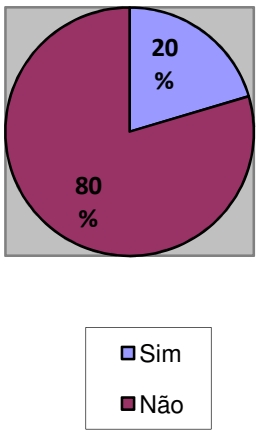
Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 35 - O produtor recebe informações da integradora



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 36 - O produtor possui financiamento junto a integradora ou não



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme o Gráfico 34, os produtores que tem financiamentos com as integradoras, 62% responderam que o período de financiamento é de 9 a 12 anos,

Para 24% dos entrevistados o prazo do financiamento é de até 5 anos. Outros 10% a vigência é de 5 a 8 anos.

Já 5% dos entrevistados responderam possuir financiamentos com prazo maior que 31 anos junto as integradoras.

De acordo com o Gráfico 35 – onde foi perguntado se os produtores recebem informações da integradora em relação a valores de mercado, exportações, preços de ração e outras questões ligadas a atividade, 44% dos entrevistados responderam que recebem informações. Esse repasse de informações ocorre principalmente por meio de visita técnica de funcionários das integradoras, onde continuamente fazem acompanhamento dos aviários para vistorias de adequação as normas de vigilância.

Para 33% dos entrevistados as informações são repassadas as vezes, ou parcialmente como alguns relataram durante as entrevistas.

Por fim, 21% dos produtores entrevistados responderam que não recebem informações.

De acordo com o Gráfico 36 - do total dos entrevistados 80% responderam não possuir financiamentos junto as integradoras, porém muitos deles aderiram a financiamentos com instituições financeiras para ampliar os aviários, adquirir máquinas e equipamentos e estarem em acordo com as exigências estabelecidas pelas integradoras. Já 20% dos entrevistados responderam que possuem financiamentos com as integradoras.

Cabe ressaltar que alguns produtores responderam ter linhas de crédito com os bancos de financiamento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) por oferecerem linhas de crédito atrativas, condições de pagamentos facilitados e flexibilidade na abertura e liberação de créditos.

Foram mencionados também pelos produtores as Cooperativas de Crédito presentes na região: Sistema de crédito cooperativo (SICREDI) e o SICOOB.

Os produtores relataram que para continuarem suas atividades junto às agroindústrias faz-se necessário uma adequação a tecnologia exigida por elas, como a troca do sistema de refrigeração e alimentação (comedouros e bebedouros) automáticos, além de seguirem um padrão de vigilância necessária para a atividade.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como prioridade a análise das perspectivas dos produtores avícolas localizados no oeste do Paraná sob a ótica da Nova Economia Institucional a fim de entender como ocorre a relação entre produtores e as instituições integradoras.

O estudo não teve como característica analisar os contratos como via de regra, segue a ótica da teoria e analisa os níveis de coordenação da cadeia produtiva conforme mencionado no referencial teórico.

Para que a realização do estudo fosse possível houve primeiramente um mapeamento das instituições integradoras presentes na região Oeste do Paraná e seus respectivos produtores.

Em seguida a teoria da Nova Economia Institucional como aporte teórico para compreender a relação entre as integradoras e os produtores em consonância com os dados levantados através da pesquisa de campo realizada entre março e junho de 2016.

Em seguida discutir a cadeia produtiva avícola do ponto de vista do produtor, amparado pelos dados coletados na pesquisa e as conclusões do estudo.

Com relação ao perfil socioeconômico do produtor avícola da região Oeste do Paraná nota-se que 31% dos entrevistados possuem de 41 a 50 anos de idade e 28% de 51 a 60 anos de idade.

A atividade foi iniciada por 72% dos produtores, dos quais 58% do total não possuem mão de obra terceirizada na propriedade, sendo o trabalho realizado pela família. Dos 42% que possuem mão de obra terceirizada, 65% contam com dois a quatro funcionários.

Quanto ao grau de escolaridade, 49% dos entrevistados possuem escolaridade do 2º grau completo a pós graduação e apenas 1% não possui escolaridade, notou-se que o grau de instrução dos entrevistados é acima da média da população, tanto da população rural quanto urbana, de acordo com os dados do IBGE.

Continuando a abordagem do perfil do produtor da região oeste paranaense 64% dos produtores possuem a propriedade com o tamanho de até 25 hectares e 15% de 26 a 50 hectares, somados correspondem a 79% do total o que caracteriza

como pequena propriedade. Lembrando que conforme o INCRA pequena propriedade é caracterizado por até quatro módulos fiscais, sendo assim pode-se inferir que a maioria dos entrevistados são pequenos produtores.

Em relação a quantidade de aviários, predomina na região propriedades com poucos aviários: 30% possuem dois, 28% possuem três e 22% um aviário. Confirma-se através do estudo que 80% do total dos entrevistados são pequenos produtores com número pequeno de granjas.

Dos dados observa-se ainda que a metragem total dos aviários varia de 1101 a 4200 m^2. Sendo: 26% com metragem de 1601 a 3200 $m^{2,}$ 24% de 3201 a 4200 m^2 17% de 1101 a 1600 m^2, totalizando, portanto 67% dos entrevistados com pequenos aviários.

Outra questão que complementa o perfil do pequeno produtor é em relação ao alojamento de aves, 78% dos entrevistados possuem capacidade para alojar até 60.000 aves por lote.

Quanto a criação de outros animais na propriedade 63% dos produtores não possuem. Já em relação a outra atividade 55% dos produtores responderam que sim. Destes que possuem outra atividade 46% plantam soja e 45% milho.

O tempo de parceria com as integradoras que predominou na pesquisa foi de 04 a 16 anos com 59% das respostas. Uma alternativa destoou entre as questões foi a de até 02 anos sendo apenas 8%, o que ressalta a poupa rotatividade entre os produtores da região estudada. Existe alto grau de especificidade nos ativos empregados pelos produtores cujos aviários e equipamentos utilizados na produção de frangos não têm utilidade alternativa.

O período de produção (engorda) dos animais dura em torno de 42 dias para 83% dos produtores e a quantidade de lotes por ano de 05 a 06, com intervalos de 15 a 20 dias para limpeza do estabelecimento. A assistência técnica e frequência com que se repetem à produção dos lotes são uma forma do produtor administrar a incerteza e fornecer produtos dentro das especificações exigidas pelas agroindústrias.

O valor recebido pelos produtores chamado de conversão é de R$ 0,61 a R$ 0,80 por ave, para 68% dos produtores e o faturamento total por lote de R$ 9.001,00 a R$ 50.000,00. O processamento de informações do ambiente pela agroindústria

permite rapidamente uma adaptação no planejamento de produção e alterações nas exigências técnicas e nos critérios de remuneração concedida aos produtores.

Para 96% dos entrevistados sem a parceria com a integradora não existiria a atividade e esta dependência deve-se principalmente aos fatores: comercialização da produção (mercado interno e externo), recebimento da matéria prima (pintinhos de um dia), medicamentos, vacinas, assistência técnica especializada, ração. E quando questionados sobre os motivos que os levaram a firmar parceria com as integradoras 35% dos entrevistados afirmaram que a assistência técnica foi o fator decisorial, para 34% o desejo de aumentar a renda familiar e 28% por ter garantia de venda junto a integradora.

A maior preocupação dos produtores entrevistados em relação a atividade é o valor de conversão, sendo 32%. Em seguida 28% os custos e para 24% o cuidado com os animais. O contrato e a remuneração oferecidas pelas agroindústrias para 47% dos produtores é razoável, 44% estão satisfeitos e 9% não estão contentes. Do total, 80% não possuem financiamento junto a integradora, mas vale ressaltar que a maioria possui junto as instituições financeiras e cooperativas de crédito.

Quanto ao fator decisório para firmar parceria com a integradora a maioria respondeu que a marca é o mais importante, com 44% das respostas, em consonância com a teoria da NEI onde abordada a especificidade da marca, é presente na região estudada.

Para 90% dos entrevistados haverá a continuidade da parceria com a atual integradora. Outra questão aborda se os produtores teriam condições de bancar a infraestrutura e comercializar os produtos, 87% responderam que não teriam. Ao indagar se eles recebem informações das agroindústrias: 44,9% responderam que sim e 33,7% que recebem as vezes.

Em relação a distância 88% dos entrevistados estão localizados até 100km de distância da integradora a qual possuem parceria.

Diante dos dados a teoria estudada neste trabalho veio a somar os dados coletados na pesquisa e assim responder aos anseios e objetivos traçados.

A pesquisa evidenciou ainda que mesmo os produtores sendo pequenos possuem poder de escolha entre as agroindústrias e a distância não é o principal fator de escolha e ainda são disputados entre as integradoras.

REFERÊNCIAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal. Disponível em: http://abpa-br.com.br/ Acesso em: 08/10/2016.

ANDERSON, E.; GATIGNON, H. **Modes of foreign entry**: a transaction cost analysis and propositions. Journal of International Bisiness Studies, Fall 1988.

BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná. 2010**. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2010.

BELUSSO, D. & HESPANHOL, A. N. A territorização das cooperativas avícolas no Oeste do Paraná. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/70.pdf. Acesso em: 18/10/2016.

BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BROUSSEAU, É**. Les théories des contrats**: une révue. Révue d'Economie Politique, v. 103, n. 1, Jan./Fev. 1993.

BURANELLO, Renato M. **Sistema privado de financiamento do agronegócio**: regime jurídico. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CAMPOLIN, Adalziga Inês. **Educação Rural**: Um debate necessário. ADM – Artigo de divulgação na mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá – MS, n 87, p.1-3, 2005.

CIELO, Ivanete Daga. **O Sistema de integração da avicultura de corte na mesorregião oste paranaense**: uma análise sob a ótica da Nova Economia Institucional. Tese Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, 2015.

COASE, R. H. ***The nature of the firm.***Economica, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov., 1937.

_____. **The Institutional Structure of Production**, 1991.

COLLIS, Jill; HUSSEY Roger. **Pesquisa em Administração.** Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegrre: Bookman, 2005.

COSTA, Luciano de Souza; GARCIA, Luis Alberto Ferreira; BRENE, Paulo R.A. **Panorama do setor de frango de corte no Brasil e a participação da indústria avícola paranaense no complexo dado seu alto grau de competitividade**. IV SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, 2015.

COUTINHO, L. G., FERRAZ, J. C. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papirus, 1994.

DEMO, P.; **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1987. 118 p.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DONDA J. A. **Fatores Influentes no Processo de Escolha da Localização Agroindustrial no Paraná**: Estudo de Caso de uma Agroindústria de Aves. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

FAEP – Avicultura no ritmo paranaense. http://www.sistemafaep.org.br/boletim-tecnico/avicultura-ritmo-paranaense. Pesquisa realizada em 05/10/2016.

FARINA, E. M. M. Q; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. Competitividade: Mercado, Estado e Organização. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FIANI, R. **A teoria dos custos de transação**. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial. Rio de Janeiro: Campus. 2002. p. 267 306.

Fiorentin, Braun & Silva. **Fluxos Migratórios**: o incremento e o esvaziamento populacional no Oeste do Paraná – (1940 a 1999). 2002.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945). Cascavel: Edunioeste, 2001.

FREITAS, Luiz Antonio Rossi; Bertoglio, Oscar; Nunes, Osmar Manoel. **A Tecnologia na Avicultura Industrial Brasileira.** XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba. 2002. GIL, A. C**. Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GARCIA, L. A. F. **Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil**. 2004. 114f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GREGORY. V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940- 1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.
KENNEDY, P.L.; HARRISON, R.W. & PIEDRA, M.A.: "**Analysing Agribusiness Competitiveness**: Case of the United States Sugar Industry", International Food and Agribusiness Management Review, 1(2):245-257, Jai Press Inc., 1998.

KERLINGER, Fred N. **Foundations of behavioral research**. New York: Holt, Rinehart &Winston, 1973.

KLEIN, B; CRAWFORD, R. G.; ALCHIAN, A. A. Vertical Integration, Appropriable Rents, and the Competitive Contracting Process. **The Journal of Law and Economics,** v. 21, 297-326, out., 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410480 Acesso em 16/11/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal** – 2005 a 2015.

IPARDES, **Oeste Paranaense**: o 3º espaço relevante. Especificidades e diversidades, 2011.

IPARDES, **Oeste Paranaense**: o 3º espaço relevante. Especificidades e diversidades, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/. Acesso em 09/02/2016.

ITAIPU BINACIONAL. Nossa História. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia. Acesso em: 06/04/2015.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.
JOSKOW, P. L. **The New Institutional Economics: Alternative Approaches**. Journal of Institutional and Theoretic Economics. 1995.

JUNGBLUT, R. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco íris Gráfica & Editora, 2000.

L. G. e FERRAZ, J. C. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papirus, 1994, p.19.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. Ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LUSA, M. G. **Trabalho no contexto rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense**. 2008. 159 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 720.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/ministerio. Acesso em 12/08/2016.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1996. 231 p.

Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Dados extraídos de 2010 a 2015.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros**: Conflitos de terras no Oeste Paranaense. Niterói, 2002.

MORAES JUNIOR, A.C. "**O Conceito de Eficiência na Nova Economia Institucional**", trabalho apresentado em Congresso, ANPEC, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu, **As colônias indígenas no Paraná provincial***,* Curitiba, Aos quatro ventos, 2000, p. 8.

NADALIN, Sérgio Odilon. Paraná**: Ocupação do Território, População e Migrações.** Curitiba: SEED, 2001.

NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge, Mass: Harvard University Press. 1982.
NORTH, Douglass C. and Thomas, Robert P. **The rise of the Western World**: A new economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NORTH, D. C. "**Structure and Change in Economic Performance**", Norton, New York. 1981.

_____. “Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico. México: Fondo de Cultura Económica. 1993.

_____. Custos de Transação, Instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED,2001

PEDROZO, E. A.; BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. F. **Análise do Ambiente Competitivo como Determinante das escolhas estratégicas no Agronegócio**: Um Estudo de caso em uma unidade de Produção Avícola. Porto Alegre. 2005.

PESSALI, H. F. **Teoria dos custos de transação**: uma avaliação crítica. In: Associação de pós graduação de Economia, Campinas. 1996... ANPEC, 1996, P.682-701.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PORTER, M. **Estratégia competitiva**. Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil. Disponível em: http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html. Acesso em 14/09/2015.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books.

RIBEIRO, M. C. P.; GALESKI Jr., I. **Teoria Geral dos contratos**: contratos empresariais e análise econômica. São Paulo: Campus Jurídico. 2009. Parte II Princípios gerais do direito contratual.

ROCHA JR. Weimar Freire da. **Análise do agronegócio da erva-mate com o enfoque da nova economia institucional e o uso da matriz estrutural prospectiva**. 2001. (Tese). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.
SAES, M. S. M. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999.

SECEX. Secretaria de comércio exterior. Disponível em: http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-exterior-secex. Acesso em 26/08/2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae. Acesso em 10/08/2016.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento – estado do Paraná – 2012 a 2015.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Obrageros, mensus e colonos**. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WILLIAMSON. O***. Markets and hierarchies:*** analysis and antitrust implications. New York: Free Press. 1975.

_____. **The modern corporation**: origins, evolution, and attributes. Journal of Economic Literature, Stanford, v.19, 1981.

_____.**The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985. 450 p.

_____. **Comparative economic organization**: the analysis of discrete structural alternatives. Administrative Science Quarterly, Cornell University, v. 36, n. 2, p. 269-296, jun.1991.

_____. ***Revisiting legal realism:*** the law, economics and organization perspective. Industrial and Corporate Change, Oxford University Press, v. 5, n. 2, p. 383-420, 1996.

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Disponível em: http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome. Acesso em: 28/09/2016.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **A estrutura de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese (Livre – docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP. São Paulo. 1995.

_____. **Papel dos contratos na coordenação agroindustrial**: um olhar além dos mercados. 2005. Aula Magna de abertura do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto – SP, 2005.

ZYLBERSZTAJN, Décio, NEVES, Marcos F., org. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**, São Paulo, Pioneira, 2000.

ANEXOS

Perguntas dirigidas ao produtor (proprietário)

01) Qual a idade do produtor responsável pela propriedade?

a) 18 a 30 anos b) 31 a 40 anos c) 41 a 50 anos d) 51 a 60 anos
e) maior que 60 anos

02) Qual a escolaridade do produtor responsável pela propriedade?

a) Não alfabetizado b) 1º Grau incompleto c) 1º Grau completo
d) 2º Grau incompleto e) 2º Grau completo f) Superior incompleto
g) Superior completo h) Pós graduado

03) A atividade avícola foi iniciada pelo produtor atual ou herdada dos pais, avós?

a) Iniciada pelo produtor; b) Herdada dos pais/avós;

04) A atividade conta com mão de obra terceirizada, se sim, quantos trabalhadores?

( ) sim ( ) não
a) 01 funcionário b) de 2 a 4 funcionários c) de 5 a 10 funcionários d) acima de 11 funcionários

Perguntas sobre estrutura da propriedade

05) Além da criação de frangos, possuem a criação de outros animais?

a) sim ( ) suínos ( ) bovinos ( ) suínos e bovinos ( ) outros
b) não

06) Há outra atividade familiar na propriedade?

a) sim () milho ( ) soja ( ) trigo ( ) hortaliças ( ) frutas
b) não

07) Qual o tamanho da sua propriedade? (Em hectares)

a) 0 – 25 b) 26 – 50 c) 51 – 100 d) 101 – 200
e) 201 – 400 f) 401 – 800 g) 801 – 1600 h) 1601 – 3200
i) maior que 3201

08) quantos aviários possui na sua propriedade?

a) 01 aviário b) 02 aviários c) 03 aviários
d) 04 aviários e) 05 aviários f) 06 aviários
g) 07 a 10 aviários h) 11 a 20 aviários i) mais de 21 aviários

09) Qual a metragem total dos aviários em sua propriedade? (m^2)

a) até 600 b) 601 – 1100 c) 1101 – 1600 d) 1601 – 3200
e) 3201 – 4200 f) 4201 – 6000 g) 6001 – 9000 h) 9001 – 15000
i) 15001 – 30000 j) mais que 30001

10) Qual a capacidade total de alojamento por lote? (aves)

a) até 6000 b) 6001 a 9000 c) 9001 a 12000 d) 12001 a 15000
e) 15001 a 30000 f) 30001 a 60000 g) 60001 a 90000 h) 90001 a 120000
i) 120001 a 150000 j) mais que 150001

11) Qual o tempo de contrato com a integradora?

a) até 2 anos b) 2,1 a 4 anos c) 4,1 a 8 anos d) 8,1 a 16 anos
e) 16,1 a 32 anos f) mais que 32 anos

Perguntas sobre produção/faturamento/renda

12) Quantos lotes são produzidos por ano?

a) até 2 lotes b) 3 a 4 lotes c) 5 a 6 lotes d) mais que 7 lotes

13) Em média quantos dias duram os lotes?

a) até 28 dias b) de 29 a 35 dias c) de 36 a 41 dias d) mais de 42 dias

14) Em relação ao valor de conversão pago pela integradora, quanto é pago por frango?

a) até 0,40 b) 0,41 a 0,60 c) 0,61 a 0,80 d) 0,81 a 1,00
e) 1,01 a 1,20 f) mais que 1,20

15) Em relação ao faturamento por lote, qual valor pago pela integradora?

a) até 1000,00 b) 1001,00 a 3.000,00 c) 3.001,00 a 5.000,00
d) 5.001,00 a 9.000,00 e) 9.0001,00 a 20.000,00 f) 20.0001,00 a 50.000,00

g) 50.001,00 a 70.000,00 h) 700001,00 a 100.000,00 i) 100.001,00 a 150.000,00
j) mais que 150.001,00

Perguntas sobre a relação entre o produtor e a integradora

16 – Sem a parceria com a integradora haveria a atividade?

a) sim
b) não

17 – Qual maior fator decisório para firmar parceria com a integradora?

a) aumentar a renda;
b) garantia de venda;
c) assistência técnica (ração, medicamentos);
d) outros;

18 – No sistema de parceria, qual a maior preocupação do produtor?

a) valor de conversão; b) mercado; c) pintainhos;
d) contrato; e) custos; f) outros;

19) O tipo de contrato realizado pela integradora e a forma de remuneração proposta por ela são os mais adequados para o produtor?

a) sim; b) não; c) razoavelmente

20) O produtor possui financiamento junto a integradora? Se sim, por quanto tempo?

( ) sim ( ) não
a) até 5 anos b) de 6 a 8 anos c) de 9 a 12 anos d) de 13 a 16 anos e) de 17 a 20 anos
f) de 21 a 30 anos g) mais de 31 anos

21) Qual fator decisório para a escolha de firmar parceria com esta integradora?

a) menor distância;
b) valor de conversão;
c) marca (nome da integradora);
d) por ser sócio (acionista);
e) outros

22) O produtor pretende continuar sua atividade em parceira com a atual integradora?

a) Sim

b) Não;

c) Somente até vencer o contrato;

23) Se o produtor tivesse condições de bancar a infra-estrutura e os custos de processo da criação a comercialização, ele optaria por arcá-los e venderia o frango ao frigorífico que lhe pagasse um melhor preço?

a) sim

b) não

24) O produtor recebe informações da Integradora em relação a valores de mercado, exportações, preço de ração e outros?

a) sim

b) não

c) as vezes

25) Qual a distância entre a propriedade e a integradora? (em quilômetros)

a) até 1 km b) de 2 a 10 km c) de 11 a 20 km d) 21 a 50 km

e) de 51 a 100 km f) de 101 a 200 km g) de 201 a 300 km h) mais de 301 km

26) Pertence a qual integradora?

( ) Copacol ( ) BRF – Brazil Foods ( ) Kaefer Agroindustrial

( ) C. Vale ( ) Coopavel ( ) Cooperativa Lar

( ) Copagril ( ) Globoaves ( ) outra: _____